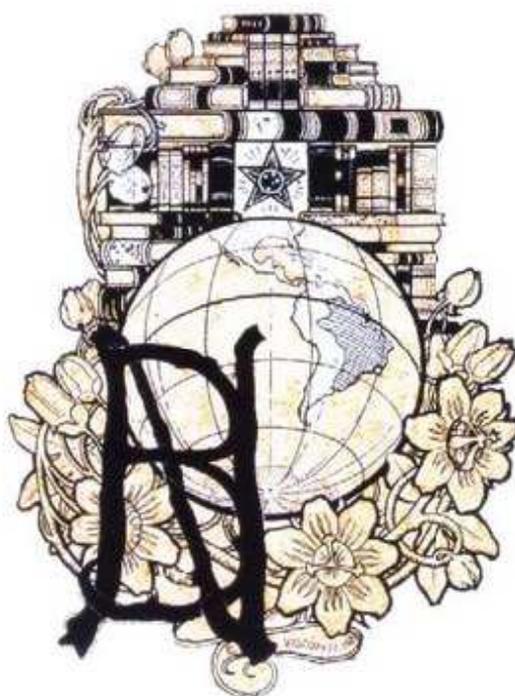


Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

2008

Programa Nacional de Apoio à Pesquisa
Fundação Biblioteca Nacional - MinC

Carolina Vianna Dantas



Manoel da Motta Monteiro Lopes, um deputado negro na I República.

2008

Sumário

1. Introdução.....	5
2. De Recife à Capital Federal: afinidades e ascensão social.....	10
3. Carreira pública, injúrias e estratégias.....	18
4. Uma “desabusada alegria”.....	53
5. Na Câmara dos Deputados, a defesa dos trabalhadores.....	65
6. A morte e o desaparecimento historiográfico.....	69
7. Palavras finais.....	73
Fontes e bibliografia.....	78
Créditos da autora.....	85

Créditos das imagens

Fig. 1 - Charge de Storni, *O Malho*, 24/07/1909. (p.4)

Fig. 2 - Charge de J. Carlos, *Careta*, 29/05/1909. (p. 16)

Fig. 3 - *Fon Fon*, 27/02/1909. (p. 24)

Fig. 4 – Charge de Leo, *O malho*, 03/09/1910 (p. 58)

1. Introdução

“Negro retinto”¹; “homem de cor”²; homem público “(...) afamado pela inteligência e filho de africanos (...)”³; “(...) líder dos negros. Bem falante, trajando com esmero e desfrutando certo prestígio político (...)”⁴; “líder da raça negra, suando reivindicações, a falar sempre, muito alto”⁵; “bom negro”⁶; “(...) histórico republicano, que tinha trovoadas na voz e perdigotos nas palavras (...) de estatura regular, gordo e de cor preta desbotada, beirando a mulato, brincalhão e simpático (...)”⁷. Trata-se do personagem central deste trabalho: Manoel da Motta Monteiro Lopes, que se definia como republicano, socialista não-revolucionário, defensor dos trabalhadores e opositor das políticas estaduais. Era admirador de João Pinheiro⁸, Tolstói⁹, Lombroso¹⁰ e Francisco Ferrer¹¹.

¹ José Maria BELLO. *Memórias*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1958. p. 64.

² Edigar de ALENCAR. *O carnaval carioca através da música*. Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1965. p. 71.

³ Alberto DEODATO. *Políticos e outros bichos domésticos: crônicas*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1962. p. 221

⁴ Edigar ALENCAR. *Op. Cit.* p. 71.

⁵ Luiz EDMUNDO. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro, Xenon, 1987. p. 197.

⁶ Afonso Arinos de Mello FRANCO. *Um estadista da república*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1955.

⁷ Sebastião Martinez. *Pimenta, amor e chibata*. Rio de Janeiro, H. Antunes, 1977. p. 25.

⁸ João Pinheiro (1860, MG - 1908, MG). Em 1906 foi eleito presidente do Estado de Minas Gerais pelo Partido Republicano Mineiro. Segundo Olavo Bilac, cada discurso de João Pinheiro era “(...) uma ardente profissão de fé republicana, - e isso é positivamente uma cousa extraordinária, num regime que, habitualmente, de republicano só tem o nome”. Para reforçar sua admiração pelo político reproduziu em sua crônica um discurso proferido pelo político mineiro, do qual Bilac sublinhou os valores que, segundo ele estariam esquecidos naquela república que decepcionara a muitos dos que lutaram por ela: “Praticar a liberdade querendo o povo religioso, mas sem preferência legal por nenhum dogma; tornar a justiça protetora e ao alcance de todos; não votar medidas em favor de classes tornadas privilegiadas, sejam quais forem, porque nem merecimentos, nem aptidões, nem opiniões científicas discutíveis tiram sua autoridade dos decretos, mas de livre aceitação das consciências; ter como critério de todos os atos do governo o exame e respectivo fim e utilidade para o povo, em cujo nome as leis são votadas, pois dele e por ele exclusivamente tira o regime republicano sua legítima superioridade; é esse o dever do Congresso.” Ali, de acordo com Bilac, haveria um verdadeiro programa de governo, afirmado e cumprido. João Pinheiro teria tornado a justiça gratuita e acessível a ricos e pobres, estabelecido a educação laica nas escolas públicas, observando e respeitando o que determinava a “Constituição Republicana do Brasil”. Mas por ser a Constituição tão violada, quando um estadista como João Pinheiro resolvia cumpri-la, segundo Bilac, era visto como um “maluco revolucionário” ou “pavoroso anti-cristo”. Ver Olavo Bilac. “O anticristo”. *O Correio Paulistano*. 22/09/1907. A reprodução desse longo trecho se justifica na medida em que elucida as possíveis razões da admiração de Monteiro Lopes por João Pinheiro, ratificada pela proposta de suspensão da sessão na Câmara em homenagem ao 2º aniversário de morte do político mineiro. A proposta foi rejeitada. Ver *Anais da Câmara dos Deputados*, 24/10/1910. p. 348.

⁹ Nascido na Rússia em 1828, León Tolstói formou-se em Letras e Direito na Universidade de Kazan, em 1851 e logo depois se alistou no Exército Russo. No final da década de 1850, preocupado com a precariedade da educação dos camponeses, criou uma escola, produziu a maior parte do material didático e, distante da pedagogia da época, propunha deixar os alunos livres, sem regras rígidas e punições. Em 1865, iniciou a redação da obra “Guerra e Paz”. Aos poucos suas inclinações religiosas e posições políticas foram se radicalizando, o que provocou sua excomunhão da Igreja Ortodoxa Russa e sua aproximação do anarquismo. Em 22/11/1910, Monteiro Lopes propôs na Câmara



Fig. 1 - Charge de Storni, O Malho, 24/07/1909.

Meu interesse por ele teve início durante a pesquisa para a minha tese de doutorado em História, na qual investiguei como intelectuais da I República lidaram com as questões da

uma homenagem a Tolstoi em função de seu falecimento: uma nota de pesar. *Anais da Câmara dos Deputados*, 22/11/1910. p. 386.

¹⁰ Cesare Lombroso nasceu em 6 de novembro de 1835, em Verona, Itália. Tornou-se célebre por seus estudos e teorias no campo da caracterologia, ou seja, a investigação das relações entre características físicas e mentais. Lombroso tentou relacionar determinadas características físicas, como o tamanho da mandíbula e do crânio ao comportamento criminal. Foi professor de psiquiatria na Universidade de Pavia e de medicina forense e higiene, de psiquiatria e de antropologia criminal na Universidade de Turim. Em 19/10/1909, Monteiro Lopes solicitou que a Câmara que registre em ata um voto de profundo pesar peça morte de Lombroso, justificando que “Devido as suas pesquisas (...) conhecemos hoje o criminoso nato (...)”. Além disso, alegou que “como político (...) Lombroso era um convencido radical socialista.” *Anais da Câmara dos Deputados*, 19/10/1910, p. 182.

¹¹ Na sessão do dia 14/10/1909 Monteiro Lopes registrou sua indignação, como “republicano socialista”, ao “ultraje” que teria sido o fuzilamento do educador libertário espanhol Francisco Ferrer. *Anais da Câmara dos Deputados*, 14/10/1909. p. 525

mestiçagem, da discriminação racial e do legado cultural e histórico dos negros no país. Naquele momento apurei pouca coisa sobre Monteiro Lopes e defendi a tese em 2007, no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Mas, permaneci com a curiosidade de saber mais sobre aquele homem tão comentado em seu tempo.

Após localizar mais informações sobre sua vida comecei a desconfiar que, tal qual outros homens negros de sua época — como Hemetério dos Santos, André Rebouças, José do Patrocínio, Cruz e Souza, Eduardo das Neves e Sinhô —, Monteiro Lopes tivesse dedicado boa parte de sua existência à conquista de importantes espaços naquela sociedade.¹² Assim, decidi investir na elaboração de um estudo exploratório sobre esse intrigante personagem histórico.

O recente interesse dos historiadores pela produção de biografias está relacionado ao próprio retorno da chamada “história política”, à crescente valorização do indivíduo, ao debate sobre o seu papel e liberdade de ação e aos mais recentes debates sobre a narrativa da história. Refiro-me à crise do paradigma estruturalista, ao questionamento da história quantitativa e dos conceitos totalizantes como “classe”, por exemplo. Esses questionamentos trazem consigo muitos desafios para os historiadores.

Considerando as “grandezas e as misérias”¹³ do gênero biográfico no campo da história acadêmica, a intenção aqui não é elaborar uma imagem completa do biografado ou “esgotar o absoluto do “eu” de um personagem”¹⁴, tampouco um “mergulho na alma” do biografado que penetre em sua intimidade ou, ainda, desvendar os mistérios da vida de Monteiro Lopes. Mas sim, na imbricada relação entre biografia e contexto, analisar as reações e opções do biografado em relação à discriminação racial, e às noções de cidadania, liberdade e república.

Para isso, foi preciso encontrar os vestígios de sua existência que sobreviveram ao tempo. Estou falando das fontes históricas, que, neste caso, acabaram condicionando o tipo de abordagem escolhida, já que durante a pesquisa não encontrei documentos da “escrita de si”, como correspondências, autobiografias, memórias, objetos pessoais. Diante dessas lacunas documentais, na elaboração deste trabalho utilizei obras memorialísticas variadas, atas das

¹² Agradeço a gentileza de Viviani dos Santos Tavares por ter me enviado sua monografia de fim de curso que aborda aspectos da mobilização étnica em prol da diplomação de Monteiro Lopes na cidade de Pelotas. Viviani Tavares dos SANTOS. *Manoel da Motta Monteiro Lopes e a construção de laços de identidade entre a etnia negra pelotense*. Pelotas, TCC, Departamento de História, UFPel, 2004.

¹³ Vavy Pacheco BORGES. Grandezas e misérias da biografia. In: Carla Bassanezi PINSKY. *Fontes históricas*. São Paulo, Ed. Contexto, 2005

¹⁴ Philippe LEVILLAIN. Os protagonistas: da biografia. In: René REMOND. *Por uma história política*. Rio de Janeiro, FGV/Ed. UFRJ, 1996. p. 176.

reuniões na Câmara dos Deputados, notícias, crônicas, mensagens, entrevistas, caricaturas e obituários publicados em jornais e revistas. Tais fontes compõem um *corpus* documental que trata, quase que exclusivamente, do aspecto público da vida de Monteiro Lopes.

Devo alertar, entretanto, que ao concretizar o impulso para conhecer “esse outro”¹⁵ fiz seleções, optando por narrar mais detidamente o que me pareceu mais significativo para a análise das relações raciais no período. Refiro-me especificamente às eleições para deputado federal disputadas por Monteiro Lopes em 1909 e à mobilização acerca de sua posse — momento que considero em espécie de encruzilhada decisiva em sua trajetória. E isso, em si, já é uma atribuição de sentido que deixo clara ao leitor.

Na narração do percurso de Monteiro Lopes obedeci a dois critérios: o cronológico e o temático, sempre tentando dimensioná-lo de forma imbricada em seus condicionamentos sociais e suas redes de relações. Talvez o maior desafio de produzir um trabalho biográfico seja evitar o “finalismo”, ou seja, contrapor-se ao encadeamento da narração de uma trajetória de forma linear, que mostre que a vida do biografado se encaminhou passo a passo para o final que teria — antecipadamente conhecido pela pesquisadora. Por isso, dei especial atenção não só aos acontecimentos, decisões e opções que identifiquei na documentação, mas às possibilidades com as quais Monteiro Lopes possa ter se confrontado, aos silêncios e vazios.

Assim, munida da vontade de conhecer melhor esse indivíduo, que num determinado momento de sua vida foi tão comentado, enfrentei o desafio de apresentar meu percurso de pesquisa e minhas conclusões — sempre referidas às nas fontes documentais.

Investigar a história de vida de Monteiro Lopes visando à aproximação da forma como compreendeu e viveu sua época possibilita identificar suas estratégias de ação e de reação às discriminações experimentadas, assim como suas expectativas de liberdade e de cidadania. O objetivo não é, de modo algum, instaurar generalizações a partir de um caso particular, mas perceber esse indivíduo em interação e em diálogo com seus pares e adversários, as sutilezas da discriminação baseada na raça e estratégias de integração à sociedade. A abordagem biográfica permite pensar na singularidade de uma experiência e em seus pontos de contato com o mundo social.¹⁶ Logo, com esse trabalho pretendo contribuir para a ampliação do debate em torno das

¹⁵ Vavy Pacheco BORGES. *Op. Cit.*, p. 216.

¹⁶ Ver Leo SPITZER. *Assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental, 1780-1945*. Rio de Janeiro. Ed. UERJ, 2001.

relações raciais na I república, período marcado profundamente pela experiência da abolição da escravidão e pela implantação do regime republicano. Daí a importância da mobilização em prol da igualdade de tratamento e da própria atuação de Monteiro Lopes como forma de luta pela liberdade e pela extinção das marcas da escravidão.

Além disso, no momento em que professores, educadores e ativistas ainda debatem e tentam implantar as *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino das Relações Étnico-Raciais e de História e Cultura Afro-Brasileira* (2004), conhecer mais e melhor a história de negros como Monteiro Lopes é fundamental. Até porque as *Diretrizes...* sugerem o trabalho com biografias de personalidades negras. Através de uma abordagem crítica dessas trajetórias pode-se investigar e conhecer variadas formas de ser negro e lidar com o racismo ao longo do tempo, como indicaram Martha Abreu e Hebe Mattos.¹⁷

Assim, munida de curiosidade e vontade de conhecer melhor esse indivíduo, que num determinado momento de sua vida foi tão comentado, enfrentei o desafio de apresentar meu percurso de pesquisa e minhas conclusões — sempre referidas às nas fontes documentais.

¹⁷ Martha ABREU; Hebe MATTOS. Em torno das "Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana: uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*. v. 21, 2008.

2. De Recife à Capital Federal: afinidades e ascensão social

Monteiro Lopes nasceu livre no mês dezembro de 1867 (as fontes indicam diferentes dias de nascimento: 11 17 e 25) em Recife, Pernambuco.

Seus pais, Jerônimo da Motta Monteiro Lopes e Maria de Paula Lopes, tiveram mais quatro filhos: José Elias Monteiro Lopes — advogado, exerceu o ofício de juiz de direito na cidade de Cametá, no Pará; João Clodoaldo Monteiro Lopes — republicano e advogado bastante conhecido em Recife. Maria Julia e Taciana Monteiro Lopes eram professoras e se casaram com homens, assim como seus irmãos, dotados de formação superior, o que ganhou destaque os obituários do nosso personagem principal.

Durante a pesquisa encontrei poucas informações sobre seus pais, sendo impossível afirmar se viveram ou não a experiência do cativo. Quando citados nos obituários de Monteiro Lopes publicados nos jornais, os nomes de seus pais não vinham precedidos de nenhum qualificativo que pudesse vinculá-los à escravidão. Apenas um memorialista, Sebastião Martinez, que afirmou ter conhecido pessoalmente Monteiro Lopes, mencionou que o “deputado negro” era filho de africanos, sem dizer, contudo, se haviam sido cativos.¹⁸ Alguns obituários também mencionaram que Jerônimo era operário.¹⁹

Ao que tudo indica, embora fosse pobre e tenha passado por privações, a família Monteiro Lopes tinha um projeto de ascensão social baseado na educação formal e na busca do reconhecimento público.

Segundo informação da *Gazeta de Notícias*, Monteiro Lopes fez seus primeiros estudos no Ginásio de Pernambuco, de onde saiu em 1883 com o diploma de bacharel em humanidades. No mesmo ano, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, formando-se em 1889. Em seguida defendeu tese, doutorando-se. Exerceu a advocacia em Recife até 1892, quando foi convidado para o cargo de chefe de polícia do Estado do Amazonas. Por divergir da situação política do estado não chegou a assumir o posto, sendo nomeado, logo depois, promotor público em Manaus. Mais tarde, ocupou o cargo de juiz de direito na mesma cidade. Em 1894, teria partido em direção à capital federal.

¹⁸ Sebastião MARTINEZ. *Op. Cit.* p. 24.

¹⁹ Ver *Gazeta de Notícias, Jornal do Brasil, A tribuna e Correio da Manhã* entre 13 e 15 de dezembro de 1910.

Entretanto, há uma controvérsia quanto a essa data: o jornal *Correio da Manhã* afirmou que Monteiro Lopes esteve no Pará e no Amazonas em 1890, exercendo o cargo de chefe da polícia em Manaus durante esse ano. Em 1891 teria, então, partido para o Rio de Janeiro com o objetivo de exercer a advocacia na cidade, o que não foi possível confirmar em outras fontes. O período que compreende a vida em Recife, em Manaus e a vinda de Monteiro Lopes para a Capital Federal seja um dos mais obscuros no conjunto de fontes localizadas no Rio de Janeiro. Para elucidar tais lacunas é necessário investir na pesquisa em arquivos e bibliotecas nessas cidades.

Mas, mesmo considerando a controvérsia de datas, é razoável afirmar que a essa época Monteiro Lopes já estivesse casado com Ana Zulmira Gomes, pois em 1910, data em que o biografado faleceu, seu único filho, Aristides Gomes Monteiro Lopes era menor de idade²⁰ e estava matriculado no 5º ano do Colégio Militar. Sobre sua esposa e filho não localizei maiores informações.

Contudo, se Monteiro Lopes veio para o Rio de Janeiro em 1891 ou, em 1894, a convite de alguém ou se já mantinha contatos na cidade, ou por quais motivos decidiu partir para a capital federal, ainda é uma incógnita. Através das fontes é possível saber que exerceu o ofício de advogado na cidade do Rio até 1903 e, que, quando das eleições de 1909 os jornais identificavam-no como “advogado de irmandades”, “defensor dos operários”, “líder dos pretos”.

O fato é que rapidamente conseguiu conquistar reconhecimento público, pois em 1903 foi eleito intendente municipal. Por isso é plausível afirmar que já tivesse alguns contatos na cidade e que fosse conhecido na capital por sua atuação no movimento abolicionista, na campanha republicana e por suas relações com trabalhadores em sua cidade natal. Há indícios que confirmam essa assertiva: a publicação do folhetim *Os miseráveis do Recife*, no jornal recifense *Eco do Povo*, em ano de 1887²¹; o registro do *Correio da Manhã* de que atuou ativamente no movimento abolicionista — chegando a figurar na “vanguarda do movimento”²² — e na campanha republicana. Já o memorialista Sebastião Martinez referiu-se a Monteiro Lopes como um “histórico republicano”.²³

²⁰ O Decreto Nº 2.567 de 17 de Janeiro de 1912 concedeu as pensões anuais de 2:400\$ a D. Anna Zulmira Monteiro Lopes, viúva de Manoel da Motta Monteiro Lopes, e 1:200\$ e seu filho menor Aristides Gomes Monteiro Lopes.

²¹ Ver José Ramos TINHORÃO. *Os romances de folhetim no Brasil: 1830 à atualidade*. São Paulo, Duas cidades, 1994. p. 75.

²² *Correio da Manhã*, 14/12/1910.

²³ Sebastião MARTINEZ. *Op. Cit.*

Entre os homens com os quais estabeleceu relações de afinidade estão Silva Jardim, Lopes Trovão, Evaristo de Moraes, José do Patrocínio, Pedro Couto, Oswaldo Aranha, Hemetério dos Santos, Rodolpho Xavier²⁴ e Benedito Florêncio²⁵.

Silva Jardim e Lopes Trovão não eram filhos da elite, participaram ativamente do movimento abolicionista e da campanha republicana no Rio de Janeiro. Silva Jardim e Lopes Trovão se notabilizaram em sua época por serem grandes oradores e por mobilizarem multidões em seus *meetings* e conferências em defesa do ideal republicano e de inúmeras reivindicações populares. Faziam parte do grupo denominado de republicanos históricos e radicais. De acordo com Ângela de Castro Gomes, a vertente representada por esses homens introduziu no discurso político a categoria povo — considerada por eles como a única fonte de legitimidade do poder. Grosso modo, Silva Jardim e Lopes Trovão, que faziam parte do grupo civil, acreditaram e divulgaram uma república que deveria ser consolidada com o apoio e com a participação ativa do povo. A idéia de povo de Silva Jardim, entretanto, significava uma “totalidade abstrata e homogênea”, numa alusão à experiência jacobina da Revolução Francesa.²⁶

Outro homem com o qual Monteiro Lopes manteve relações de afinidade foi Evaristo de Moraes. Mulato de origem pobre, exerceu o jornalismo, atuou como rábula e procurou inserir-se em espaços que pudessem lhe garantir reconhecimento público. Nessa busca pessoal, entrou em contato com a militância republicana e abolicionista, abraçando ambas as causas. Além disso, conforme indicou Joseli Mendonça, Evaristo de Moraes conciliou militância política e atuação profissional, constituindo-se como advogado de várias agremiações operárias, associações de trabalhadores e sindicatos da cidade do Rio. Defendeu os interesses de categorias como a dos carroceiros, sapateiros e estivadores, chegando a tomar parte nas manifestações e reuniões de negociação como representante e líder dos trabalhadores. Desse modo, imiscuiu-se na própria organização e condução de greves e assembléias. Como rábula e militante, defendia que o Estado deveria intervir na regulação das relações de trabalho, assegurando proteção e direitos aos

²⁴ Rodolpho Xavier fundou em Pelotas no ano de 1907, com um grupo de trabalhadores negros, o jornal *A alvorada*, destinado ao debate sobre a condição dos negros, lutar contra a discriminação racial e pelos direitos dos operários.

²⁵ Benedito Florêncio integrou a *Federação Paulista dos Homens de Cor* e, junto com Lino Guedes e Gervásio de Moraes, fundou, em Campinas, no ano de 1923, o jornal *Getulino*. Ver Petrônio DOMINGUES. Consciência de cor. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, n° 11, agosto de 2006.

²⁶ Ângela de Castro GOMES. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, FGV, 2005. p. 43

trabalhadores, uma relação equânime entre patrões e empregados e a harmonização das classes. Assim conquistou o reconhecimento público e notoriedade.²⁷

Já José do Patrocínio e Hemetério dos Santos eram negros de origem pobre que foram constantemente atacados por injúrias racistas na imprensa e, ainda assim, conseguiram ocupar importantes espaços institucionais e conquistar o reconhecimento público.

José do Patrocínio era um republicano e mobilizou massas em favor da causa abolicionista, levando o debate sobre o fim da escravidão para dentro do Partido Republicano. Não abriu mão do sonho de ver negros, brancos e mestiços irmanados e iguais, em seu país. Ele próprio filho de uma quitandeira negra e de um rico padre branco escravocrata — que nunca o reconheceu como filho legítimo — acreditava que a colonização portuguesa, ao invés de aniquilar as “raças selvagens”, assimilou-as “(...) preparando-nos assim para resistir à invasão assoladora do preconceito de raças.”²⁸ Para ele, o caráter peculiar da colonização portuguesa teria forjado condições para que o Brasil se transformasse, de fato, numa espécie de “paraíso racial” após a escravidão. E o negro teria tido papel fundamental nesse processo.

O que dizer, então, do professor e gramático negro Hemetério dos Santos²⁹, que acreditava ser o Brasil uma “obra de tolerância e amor”, na qual os negros teriam um papel importantíssimo? Na famosa carta em que criticou Machado de Assis logo após a sua morte, em 1908, afirmou ser o Brasil um exemplo em termos de irmanação das raças e que o fundador da Academia Brasileira de Letras teria renegado suas origens.³⁰ Não interessa aqui avaliar se tais acusações têm fundamento ou não, mas indicar o que se pensava e como se lidava na época com o chamado “preconceito de cor”.

Na tal carta Hemetério acusava Machado de ter negligenciado o “problema do negro”, fundamental na “vida de nação” brasileira. Diante disso, concluiu que o autor de *Dom Casmurro* partiu de “(...) idéias preconcebidas contra sua cor de procedência”, enveredando-se por

²⁷ Joseli Maria Nunes MENDONÇA. *Evaristo de Moraes, tribuno da república*. Campinas, Ed. UNICAMP, 2007.

²⁸ José do PATROCÍNIO. O grande projeto. *Gazeta da tarde*. 05.05.1887.

²⁹ Hemetério José dos Santos nasceu em Codó, no Maranhão, em 1858 e morreu na cidade do Rio, em 1939. Foi poeta, professor, gramático e filólogo. Em sua época foi o único professor negro do Colégio Militar do Rio de Janeiro. Também lecionou na Escola Normal do Distrito Federal. Amigo pessoal de Manoel Bomfim, transformou toda a insatisfação diante das injúrias raciais recebidas em orgulho de ser negro. Regozijava-se em contar a todos que havia chegado ao Rio pobre e matuto, mas que vencera. A ascensão social conquistava pareceu-lhe um meio de desmoralizar as prevenções daquela sociedade em relação aos negros. Publicou “O livro dos meninos” (1881), “Pretidão do amor” (1905) — no qual divulgava idéias anti-racistas —, “Gramática portuguesa” (1913), “Frutos cativos, poesias” (1919). Foi colaborador esporádico do *Almanaque Garnier* e bastante assíduo da refinada revista *Renascença*.

³⁰ Hemetério dos Santos dirigiu uma carta aberta a Fábio Luz, publicada na *Gazeta de Notícias* em 16/11/1908.

preconceitos “(...) vesgos e zarolhos.” Ao contrário de Machado, uma estirpe de autores como Joaquim Manoel de Macedo, Agrário de Menezes, Trajano Galeão, Bernardo Guimarães, Gonçalves Dias, Castro Alves e tantos outros não deixaram de tocar no assunto, molhando suas penas no “tinteiro de dor e de vergonha nossa”.

Para o autor da carta, Machado teria apagado quaisquer vestígios significativos do negro em sua obra e, por isso, estaria muito aquém de homens como Rio Branco, Patrocínio, Arthur e Aluísio de Azevedo, Joaquim Nabuco, Silvio Romero, Rui Barbosa e “vários em legião” que não se furtaram à missão patriótica de referir-se ao negro na vida nacional. O preconceito contra a própria origem teria marcado não só obras, mas a própria vida pessoal do bruxo do Cosme Velho, que teria renegado sua madrasta, uma “boa mulata velha”. Logo ela, que teria ensinado a Machado as primeiras letras e o tratado com todo carinho. Segundo o professor, a mulher chorava ao lembrar que Machado a havia abandonado depois de se mudar de São Cristóvão para as Laranjeiras com o objetivo de viver em seu “opulento nicho de glórias”.

A literatura “incolor” de Machado seria imperdoável, uma ofensa aos “seus irmãos de cor”, e demonstraria que não tinha ousadia suficiente para provar com fatos “(...) que a obra do português e do negro” aqui era “sem par no mundo, pela bondade e pela candura que ambos derramaram por toda a parte, nessa construção de amor e tolerância” que era o Brasil. Para Hemetério, contrapor-se ao “preconceito de cor” implicava afirmar que o “problema do negro” no Brasil não teria se desdobrado em antagonismos violentos e segregacionistas em função também da contribuição do próprio negro. Nesse quesito o Brasil seria tão original que deveria servir de exemplo para o mundo: “(...) a sociedade brasileira é sem modelo na história pelos exemplos de altas virtudes constantes, múltiplas e variadas desses três tipos que se irmanaram pelo sentimento, tornando-se um só espírito para a cultura do bem, desde os tempos de Vieira e Gregório.”³¹

Era inaceitável para Hemetério que Machado se envergonhasse da cor da qual ele tanto se orgulhava. Na contramão do discurso cientificista sobre a inferioridade racial dos negros e mestiços, Hemetério não hierarquizou as raças: brancos e negros estariam lado a lado e de igual para igual na origem da nacionalidade brasileira, o que demonstra uma enorme convicção em um projeto integracionista.

Essa breve apresentação dos homens públicos com os quais Monteiro Lopes construiu laços de afinidade indica que ele buscou aproximar-se de pessoas com as quais tinha afinidades

³¹ Hemetério dos SANTOS. Machado de Assis. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1910. p. 369-374.

ideológicas (na acepção mais comum do termo) e raciais. Logo, a opção que fez pela integração à sociedade e por manter-se dentro da ordem estabelecida não significou simplesmente conformidade ou assimilação à classe dominante.

Por outro lado, essas também são pistas que ajudam a explicar a rápida integração do advogado negro ao meio político carioca, até porque, além desses laços de afinidade, Monteiro Lopes também se associou a algumas instituições e locais importantes, freqüentando seus espaços. São os chamados lugares de sociabilidade, isto é, espaços de fermentação intelectual e política e de relações afetivas, “(...) um ponto de encontro de itinerários individuais (...)”³² em torno dos quais debateu questões e viveu experiências comuns.

Sabemos que participava das atividades da *Sociedade União dos Homens de Cor do Rio de Janeiro* e que era membro da *Irmandade de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário*. Também manteve contado com associações negras fora do Rio, como a *Federação Paulista dos Homens de Cor*, o *Colégio São Benedito*. Essa rede de sociabilidades indica que Monteiro Lopes transitava nos meios intelectuais, políticos, operários e associativistas, exercendo uma dupla militância³³, já que era uma liderança para trabalhadores negros. Suas reivindicações e projetos políticos defendidos na Câmara priorizavam a luta por direitos trabalhistas.³⁴

Não identifiquei uma categoria específica de trabalhadores aos quais a Monteiro Lopes estivesse diretamente ligado. A maioria as fontes mencionam de forma genérica que Monteiro Lopes era reconhecido como uma liderança do operariado das fábricas, trabalhadores municipais

³² Jean-François SIRINELLI. Os intelectuais. In: René REMOND. (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1996. p. 46.

³³ Sobre a idéia de dupla militância, ver, Beatriz Ana LONER. “Negros: organização e luta em Pelotas”. *História em revista*. vol. 5, dezembro, 1999 e José Antônio dos SANTOS. Trabalhadores e movimento negro: negociação e conflito no sul do Brasil. *Saeculum Revista de História*. João Pessoa, nº 10, jan-jul, 2004.

³⁴ Especificamente em relação à atuação de Monteiro Lopes como deputado, suas principais intervenções e propostas relacionavam-se à questão dos trabalhadores. Fosse a equiparação do operariado da União ao mesmo status do funcionalismo público, a crítica à exploração e ao abandono do operariado pelo Estado, sujeito à miséria e a toda sorte de acidentes; a falta de legislação sobre o trabalho no Brasil; a necessidade de criação de um ministério do trabalho; o absurdo da exploração do trabalho de menores e crianças e a situação precária em que ficavam as famílias de operários acidentados ou mortos; a concessão de aposentadorias e aumento de vencimentos para alguns trabalhadores e etc. Era preciso, argumentava, que se assegurasse aos operários os direitos garantidos na Constituição republicana, uma vez que a “república não era o regime da impunidade, da injustiça, dos privilégios e da desigualdade ...Que se garanta ao menos o direito dos que trabalham (...)”. Nenhum desses seus projetos foram aprovados. Ver, como exemplo, *Anais da Câmara dos Deputados*, 02/09/1909 e 13/09/1909. Note-se que embora tenha passado por episódios de ridicularização por parte de outros deputados na Câmara — sobretudo, por Germano Hasslocher — e os tenha respondido à altura, Monteiro Lopes jamais abordou a questão racial em seus discursos nessa casa legislativa. Suas ideias e reivindicações em relação à questão racial podem ser acompanhadas nos jornais através da transcrição de alguns de seus discursos em eventos públicos e entrevistas. Ver, por exemplo, *Correio do Povo*, 22/01/1910; *A opinião pública*, 25/01/1910.

da baixa hierarquia e “operários de cor das oficinas municipais e federais (...)”³⁵ No entanto, a partir das associações que participaram da mobilização em prol da sua posse e das homenagens prestadas na ocasião do seu falecimento, é possível identificar os grupos e associações com os quais se relacionava diretamente: sociedades de resistência dos trabalhadores em trapiches e em café e em carvão; militares de baixa patente e alferes; operários do Arsenal da Marinha; mestres da locomoção; operários da fábrica de cartuchos de Realengo; bagaceiros da Estrada de Ferro Central do Brasil; operários do Engenho de Dentro; operários da Imprensa Nacional; trabalhadores do serviço de prevenção à febre amarela; trabalhadores das capatazias da Alfândega; e “associações onde o elemento preto superabunda”.³⁶ Essa pista nos indica que muitos trabalhadores identificaram-se com Monteiro Lopes em função de afinidades étnico-raciais, até porque muitos desses ofícios e associações reuniram grande contingente de trabalhadores negros.

Essa é uma pista que indica que muitos trabalhadores identificaram-se com Monteiro Lopes em função de afinidades raciais, sobrepondo aproximações por ofício ou tendência ideológica.

Ainda em torno da sua rede de sociabilidades, sabemos que Monteiro Lopes freqüentava o afamado Café do Rio — localizado, no início do século XX, no entrecruzamento das ruas do Ouvidor e Gonçalves Dias. O lugar era ponto de encontro de estudantes das Escolas Militar e Politécnica e da Faculdade de Medicina, de jovens médicos, pintores, músicos e de muitos políticos³⁷: João Neiva, Lopes Trovão, Herédia de Sá, Floriano Peixoto³⁸, Augusto Severo, Tavares de Lira, Lauro Müller, Barbosa Lima, Rosa e Silva, Irineu Machado, Serzedelo Correia, Sá Freire, Lauro Sodré, Pinheiro Machado, Augusto de Vasconcelos, Alcindo Guanabara, J. J.

³⁵ Maurício de LACERDA. *Evolução legislativa do direito social brasileiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980. p. 85.

³⁶ *A tribuna*. 04/05/1909.

³⁷ Ernesto SENNA. *O velho commercio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Garnier, s/d [1912].

³⁸ Monteiro Lopes era um grande admirador de Floriano Peixoto, tendo participado de várias homenagens ao militar ex-presidente, indicando sua opção pelo movimento chamando de “jacobinismo”, bastante forte nos três primeiros governos republicanos. Também discursou em seu enterro e depositou flores em seu túmulo no dia 13 de maio de 1909, após as homenagens a José do Patrocínio. Ver Artur Vieira PEIXOTO. *Floriano, Memórias e Documentos*. Rio de Janeiro, 1939. p. 212 e 271. Uma pista para os significados dessa admiração pode estar no “(...) apoio recebido por Floriano das camadas populares, em função da alta acelerada do custo de vida. De fato, o florianismo passou a simbolizar, para os extratos sociais médios e baixos, a luta contra os monopólios, a especulação e os altos lucros.” Ver Elio Chaves FLORES. A consolidação da república: rebeliões de ordem e progresso. In: Jorge FERREIRA; Lucília de A. N. DELGADO. (orgs.) *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da república à Revolução de 30*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, vol. 1. p. 63-64.

Seabra e Francisco Glicério. Na descrição de Luís Edmundo, o único dos frequentadores a ter a cor assinalada foi Monteiro Lopes, tendo seu nome antecedido pela palavra *preto*.³⁹

Sebastião Martinez mencionou, por sua vez, que Monteiro Lopes também fazia ponto no Café Java, no Largo de São Francisco, muito frequentado pelos estudantes da Escola Politécnica, aos quais contava seus feitos como propagandista da república. De acordo com o memorialista, os estudantes chamavam-no de “Tinteiro Lopes”. Ainda segundo Martinez, o deputado negro teria pertencido ao “segundo time dos conspiradores” e ao time reserva dos propagandistas da república.⁴⁰

Era comum que o nome de Monteiro Lopes viesse precedido das palavras *negro* ou *preto* onde foi citado, seja na imprensa, em peças de teatro ou por memorialistas. Como observou Álvaro Pereira do Nascimento, esse jogo retórico com unidades semânticas das categorias de cor era bastante comum no início do século XX. Esse tipo de associação a partir da qual indivíduos eram identificados pela cor acionava estigmas do tempo do cativo, marcava hierarquias e impunha barreiras, funcionando com um predicado que sinalizava marcadores de inferioridade: como a condição de vagabundo, ladrão, desinteligente, preguiçoso, mal-educado e etc.⁴¹ “A cor é um predicado que informa parte de algo que acompanhava o indivíduo não-branco, algo que lhe era inato e com a designação da cor tornava-o transparente ao leitor.”⁴²

Fica evidente, então, a existência concreta de barreiras raciais que podiam se manifestar de muitas formas e em intensidades diferentes. Às vezes, apareciam de forma mais sutil, como no caso das pilhérias ou associações estigmatizantes ou, de maneira mais contundente, no caso dos obstáculos impostos para o ingresso em instituições e estabelecimentos públicos e privados.

Portanto, a assimilação ou inserção de Monteiro Lopes no mundo do “grupo dominante” não excluiu estratégias de luta contra o preconceito racial, afirmações públicas de uma identidade negra e até de orgulho racial. Sem dúvida, mesmo alvo de discriminação claramente racial, encontrou estratégias de reconstrução de sua identidade e de seu próprio valor, nos mais variados setores da vida. Nas irmandades religiosas, nos encontros festivos, nos grupos recreativos, nas conferências, na imprensa, em instituições educacionais, no Conselho Municipal e até na Câmara

³⁹ Luis EDMUNDO. *Op. Cit.* p. 197

⁴⁰ Sebastião MARTINEZ. *Op. Cit.* p. 25.

⁴¹ Álvaro Pereira do NASCIMENTO. Um reduto negro. In: Flávio Gomes dos SANTOS & Olívia M. G. da CUNHA. *Quase-cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 2007 p. 299-300.

⁴² *Idem*, p. 299.

dos Deputados, consolidando sua presença na sociedade, a despeito das tentativas de exclusão e marginalização.⁴³

Veremos, a seguir, o conteúdo das injúrias e troças racistas dirigidas a Monteiro Lopes e como reagiu a elas.

⁴³ Martha ABREU. Espetáculo da diversidade. Rio de Janeiro, *O globo*, 14/7/2006.

3. Carreira pública, injúrias e estratégias

Monteiro Lopes vestia-se de maneira formal e sóbria — de casaca em tecido pesado e de cor escura e cartola — projetando uma aparência de seriedade e altivez. Residia no subúrbio, perto da Estação do Rocha, localidade que fica hoje no bairro do Caju e mantinha um escritório nas proximidades da Praça Tiradentes.

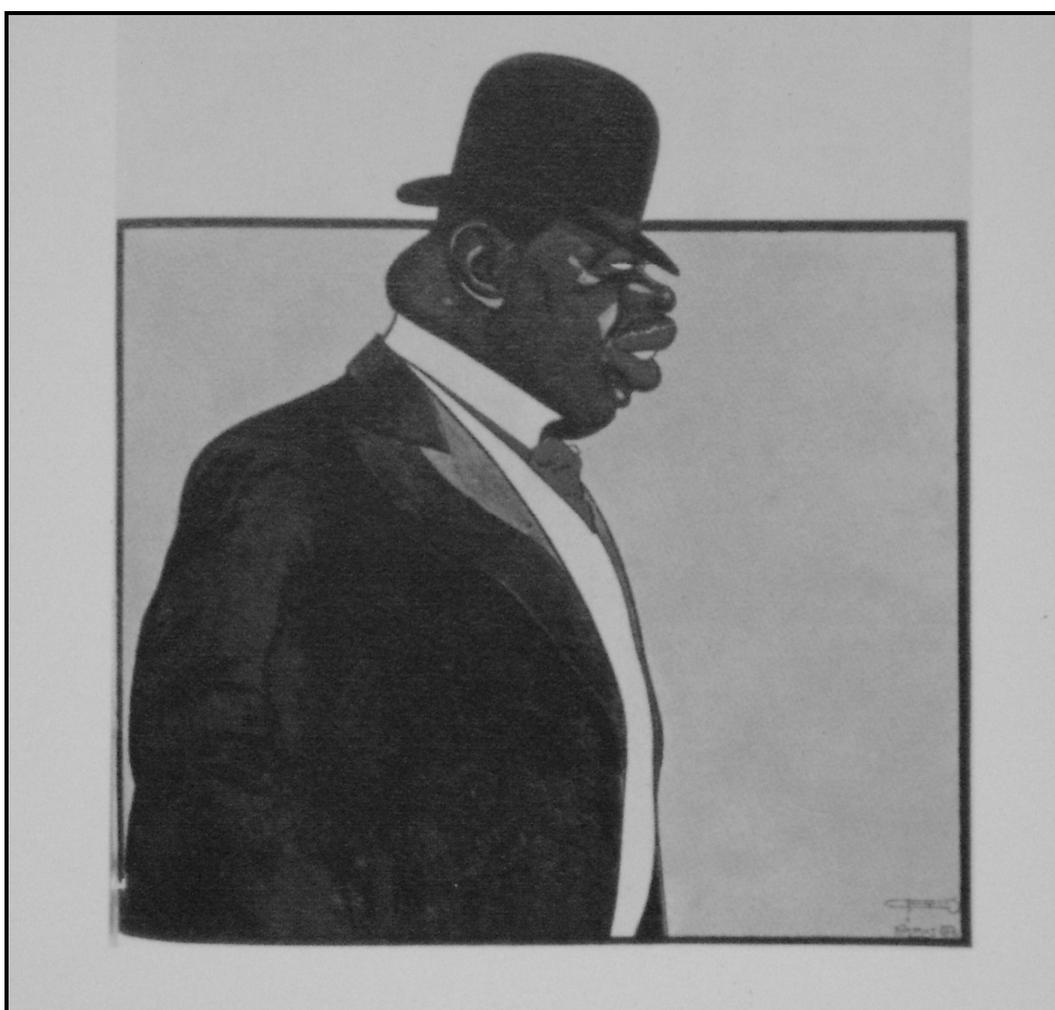


Fig. 2 - Charge de J. Carlos, Careta, 29/05/1909.

Depois de exercer a advocacia por cerca de 10 anos na capital da república, candidatou-se a intendente municipal sem vínculo partidário. Em 1903, foi eleito e reconhecido como membro

do Conselho Municipal do Distrito Federal. Sua atuação nesse órgão destacou-se pela defesa de benefícios para os operários, tendo apoiado por quase todo o mandato, entretanto, as medidas reformadoras do Prefeito Pereira Passos. Segundo informação do da revista *Careta*,⁴⁴ Monteiro Lopes teria se oposto, no final do seu mandato, ao *Código de Posturas* implementado pelo Prefeito.⁴⁵

Contudo, ao término do seu mandato de intendente municipal em 1904, Monteiro Lopes candidatou-se novamente ao cargo sem vinculação partidária e, embora tenha conseguido uma expressiva votação como informou a *Gazeta de Notícias*,⁴⁶ não foi reconhecido. Acabou excluído da legislatura seguinte do Conselho Municipal. A revista *Fon Fon* fez pilhéria com o seu não reconhecimento, aludindo a sua cor:

Desvalorização, sim senhores — desvalorização imaginem VV. SS. de que? Do café! Não acreditam? Pois olhem quem acabou de a decretar e muito bem decretadazinha, foi a Junta Apuradora da última eleição municipal. Alijaram o Sr. Monteiro Lopes e deram diplomas, entretanto, aos Srs. Felipe Nery, Quintanilha e Luiz Ramos. Foi o desbancamento do café e epopéia do chocolate. Até parece acinte ao governo. A pretidão do amor do Sr. Hemetério levou um tombo onça, o que vem provar que nos trabalhos da apuração dos juízes da Junta não souberam ser verdadeiramente pretos. Também o Sr. Monteiro Lopes, para se vingar, anda por aí a dizer que o Vem cá, mulata⁴⁷ ganhou foros de hino. Este Seu Monteiro...⁴⁸

No mesmo ano (ou seja, em 1905) viveu episódio semelhante: ao concorrer ao cargo de deputado federal pelo então Distrito Federal — como de costume, sem se associar a partidos políticos — teria sido eleito, mas não reconhecido e diplomado. Posteriormente, o próprio

⁴⁴ *Careta*, 13/02/1909.

⁴⁵ Essa informação precisa ser confirmada na documentação do próprio Conselho Municipal.

⁴⁶ *Gazeta de Notícias*, 13-15/12/1910.

⁴⁷ A canção *Vem cá, mulata* foi composta por Arquimedes de Oliveira e Bastos Tigre em 1902, mas só no carnaval de 1906 se tornou um grande sucesso, lembrado nas folias posteriores na mesma década. A letra da música faz alusão ao grupo carnavalesco chamado Clube dos Democráticos. A revista fez um jogo de ambigüidade e ironia ao associar a música à exclusão de Monteiro Lopes, utilizando os termos *Democrata*, *Democráticos* — que fazia referência ao partido do qual Monteiro Lopes era próximo e às suas preferências políticas — e a palavra *mulata*, que fazia menção à cor. Eis a letra:

Vem cá, mulata / Não vou lá, não

Vem cá, mulata / Não vou lá, não

Sou Democrata / Sou Democrata

Sou Democrata / De coração

O Democráticos, gente jovial / Somos fanáticos do carnaval

Do povo, vivas nós recolhemos / De nós cativas almas fazemos

Ao povo damos sempre alegria / E batalhamos pela folia

Não receamos nos sair mal / E letra damos no carnaval.

⁴⁸ *Fon Fon*, fev., 1905

Monteiro Lopes admitiu em uma entrevista ao jornal *O Commercio de Bagé* que nessas duas ocasiões, ao ser eleito e não reconhecido, foi “esbulhado” em seus direitos.⁴⁹

Assim, como político e homem público, antes mesmo das polêmicas eleições de 1909, Monteiro Lopes já era uma figura bastante comentada na imprensa e na cidade. E, de forma quase sempre pouco sutil, foi recorrentemente atacado por injúrias raciais na imprensa, no teatro, em poesias⁵⁰ e até em marchinha de carnaval; foi impedido de freqüentar alguns lugares públicos; teve sua entrada para o Conselho Municipal e para a Câmara dos Deputados ora impedida, ora ameaçada. Os exemplos de discriminação e imposição de barreiras raciais são muitos, ainda que se considere apenas o que ficou registrado. Desse modo, apresento aqui os episódios mais contundentes e de maior repercussão para que o leitor tenha dimensão de parte da experiência de ser negro vivida por Monteiro Lopes naqueles anos.

Em 1906, João do Rio estreou sua primeira peça teatral, a revista *Chic Chic*, escrita em parceria com J. Brito. Nela Monteiro Lopes é satirizado a partir da satirização do falar inculto dos negros, chamado na época de arrevesado.⁵¹ No ano seguinte, foi a vez de Arthur Azevedo fazer troça em um sainete teatral publicado na revista *O século*. Fez uso de uma fórmula que os periódicos *Careta* e *Fon Fon* também usaram com freqüência nos anos seguintes:

“S. — Pois deixa que te diga: fiquei surpreso da pequena votação que tive. Confesso que esperava mais. Quando apresentei minha candidatura havia um **ponto negro** no horizonte.

⁴⁹ *A opinião pública*, 31/01/1909.

⁵⁰ Emílio de Menezes citou Monteiro Lopes em uma poesia, também publicada na revista *Fon Fon*:
A Jogatina

Tenham paciência, amigos do CORREIO!
Esse caso está torto, torto, torto,
E, desta vez, vocês fizeram feio,
Mas um feio, mais feio que um aborto!

Eis a verdade: Já que não há meio
De ver, por uma vez, o jogo morto,
Tira-se dele, ao menos, o custeio
De asilos para os que não têm conforto.

Zarpar o Pão de Açúcar barra fora,
O Paranapiacaba ser fedelho,
Ver o Monteiro Lopes cor da aurora,

É mais fácil que, em jogo, ouvir conselho!
Logo, se os vícios, o vicioso adora,
Pague os vícios, e: Viva o Érico Coelho!

⁵¹ Antonio Herculano LOPES. Forrobodó entre raça e cultura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21, n° 62, São Paulo, out., 2006.

M. — O Monteiro Lopes?

S. — Não! O Coisa, uma das figuras mais influentes do distrito (...) ⁵² (grifo meu)”

O crítico Agrippino Grieco registrou em suas memórias ter ouvido de um trocadilhista uma troça no momento em que, segundo ele, o “preto” Monteiro Lopes passava por uma rua do centro da cidade do Rio acompanhado do advogado, “bem mais claro”, Pedro Jataí: “Mas é o reclame do Alcatrão e Jataí...” ⁵³ Portanto, as troças racistas também atingiram Monteiro Lopes nas ruas, em seu dia-a-dia. Mais uma pista nesse sentido é o registro recolhido pela folclorista Mariza Lira de uma marchinha de carnaval cujo tema era Monteiro Lopes. Embora não mencione datas e autores, a letra debocha da pretensa motivação do político em comportar-se como membro do grupo dominante (fazer veraneio na cidade de Petrópolis, vestido de acordo com a moda “dos brancos”), utilizando-se do tal falar caricato dos negros, marcado por palavras que não se completam no final:

Monteiro Lopi
De colete branco
Tomou a barca
Foi pra Petropi. ⁵⁴

Em outra ocasião, Monteiro Lopes e sua esposa foram impedidos de entrar em um bar que ficava dentro do Pavilhão de Regatas, no bairro de Botafogo, pelo próprio dono do estabelecimento. De dentro do bar uma mulher branca chamada Maria de Bragança e Melo — freqüentadora da roda literária da Colombo e fundadora dos periódicos *A voz do povo* e *A garra* — viu a cena e se dirigiu imediatamente para os lados do bairro da Saúde. Em pouco tempo retornou trazendo “(...) dentro de vários veículos, robustos estivadores, todos homens de cor preta, cerca de trinta que invadem, logo, o bar, sem que o seu arrendatário possa ter tempo de articular uma só palavra de protesto.” ⁵⁵

⁵² Arthur AZEVEDO. Depois das eleições. *O século*, 03/04/1907.

⁵³ Agrippino GRIECO. *Gralhadas e pavões*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1988. p. 145-146.

⁵⁴ Edigar de ALENCAR. *Op. Cit.* p. 71. Outra versão dessa marchinha foi publicada na revista. *Fon Fon* em 27 de fevereiro de 1909:

Juzé Virissimu, Monteiru Lopis
Juzé Virissimu, Monteiru Lopis
Tomáru a barca
Fôro p'ra Petropis
Tomáru a barca
Fôro p'ra Petropis.

⁵⁵ Luis EDMUNDO. *Op. Cit.* p. 255.

Também havia, portanto, quem se opusesse publicamente a esse tipo de discriminação. No caso, uma mulher branca e um grupo de estivadores negros.

Sabe-se que, pelo menos por mais uma vez, Monteiro Lopes, mesmo sendo uma figura conhecida, foi impedido de entrar em um lugar público. O caso se deu na cidade de Pelotas, na ocasião de uma visita para agradecer o apoio a sua diplomação como deputado. Monteiro Lopes havia reservado um quarto no Hotel Grindlh e quando lá chegou foi informado que só poderia hospedar-se em um quarto junto à cozinha — como se fazia com os escravos domésticos. Monteiro Lopes dirigiu-se a outro hotel.⁵⁶

Continuando o nosso itinerário, encontramos literatos como Lima Barreto e Euclides da Cunha, que embora tenham silenciado sobre Monteiro Lopes em seus escritos públicos, em suas correspondências pessoais não deixaram de emitir opiniões a respeito.

Em uma carta dirigida ao amigo Antônio Noronha Santos, Lima Barreto, em meio a comentários irônicos sobre a degradação da república e dos políticos brasileiros, fez uma breve consideração sobre Monteiro Lopes, ironizando com comicidade sua pretensa necessidade de se mostrar ilustrado.⁵⁷

Euclides da Cunha também utilizou o recurso da ironia para falar de Monteiro Lopes e do panorama da república brasileira. Em carta dirigida a João Luiz, reclamava de não ter sido, a princípio, aprovado em um concurso para professor de lógica do Colégio Pedro II⁵⁸:

Com o atual governo tenho poucas esperanças. Embora o Barão seja, de fato, o dono da situação – isto constitui mais um motivo para que eu não em aproveite da sua influência. Felizmente mudei-me para Copacabana onde estou numa situação maravilhosa ... para ver navios! A ver navios! Nem outra coisa faço nessa adorável república, loureira de espírito curto que me deixa sistematicamente de lado, preferindo abraçar o **preto** Monteiro Lopes.⁵⁹
(grifo meu)

Euclides da Cunha parecia inconformado em ver um negro ser mais prestigiado publicamente que ele naquela república.

⁵⁶ Rodolpho XAVIER. O preconceito de cor. *A Alvorada*. 15/03/1947.

⁵⁷ Lima BARRETO. Rio de Janeiro, 03/04/1909. In: Lima BARRETO. *Um longo sonho de futuro. Diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas*. Rio de Janeiro, Graphia, 1998. pp. 213-215.

⁵⁸ Visando estabilidade impossível na carreira de engenheiro, Euclides da Cunha prestou concurso para assumir a cadeira de Lógica do Colégio Pedro II. O filósofo Farias Brito foi o primeiro colocado, mas a lei previa que o presidente da república escolhesse o professor entre os dois primeiros. Através da intervenção de amigos, Euclides foi nomeado. Depois de sua morte, Farias Brito acabou ocupando a cátedra.

⁵⁹ Euclides da CUNHA. Rio de Janeiro, 10/06/1909. In: Euclides da CUNHA. *Correspondência (ativa)*. São Paulo, EDUSP, 1996. pp. 406-409.

De todo modo, parece razoável afirmar que a ascensão social conquistada e a ocupação de importantes espaços políticos por Monteiro Lopes certamente despertaram a recorrência de tais injúrias. Como observou Isabel Lustosa, não importava se um indivíduo negro havia recebido educação formal, conquistado reconhecimento ou que fosse uma pessoa influente, era considerado antes de tudo um negro — anátema da inferioridade. E se tivesse alcançado destaque social ou ostentasse pose e orgulho publicamente, também era considerado fora do seu lugar.⁶⁰

Mas é certo que esses ataques racistas não desanimaram Monteiro Lopes, que buscou combatê-los a partir da ascensão a cargos mais altos e da mobilização, principalmente de negros. Assim, não deixou que suas experiências com o racismo, sua origem ou cor da pele funcionassem como “desvantagem paralisante”. Ser negro naquele universo foi a “força motivadora” que o mobilizou e o fez mobilizar multidões, tendo influência fundamental nas suas escolhas pessoais, profissionais e políticas.⁶¹

Como não há nenhum registro de “escrita de si” do nosso personagem central, é difícil saber como se sentia diante das constantes injúrias — a maioria raciais — publicamente dirigidas a ele. O que é possível com as fontes disponíveis é acompanhar o teor das discriminações e as posições assumidas por alguns atores sociais publicamente — incluindo o próprio Monteiro Lopes — em relação a elas.

Assim, tendo sua entrada sistematicamente barrada em instituições como o Conselho Municipal e a Câmara dos Deputados, Monteiro Lopes mudou de estratégia: em 1909 apresentou-se novamente como candidato a deputado federal pelo 1º distrito da capital federal, agora vinculado ao *Partido Republicano Democrata* e intensificando a mobilização em prol de sua candidatura. Segundo um dos seus dirigentes, o advogado, ex-deputado o candidato a senador Mello Mattos, o partido seria uma organização aberta a diversas tendências políticas e a livres pensadores⁶², tendo como peças centrais do seu programa a ampliação da instrução pública e o sufrágio popular.⁶³ Em entrevista ao jornal *A tribuna*, o próprio Monteiro Lopes informou que a razão de ter filiado-se a um partido político para a eleição de 1909 vinha do fato de ter sido eleito

⁶⁰ Isabel LUSTOSA. *Trapaças da sorte. Ensaios de história política e história cultural*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2004. p. 273, p. 281.

⁶¹ Leo SPTIZER. *Op. Cit.* p. 141.

⁶² *Careta*, 30/01/1909.

⁶³ *A tribuna*, 16/01/1909.

intendente e deputado e ter sido “esbulhado” em seu direito, isto é, não foi reconhecido nem diplomado.⁶⁴

Pela repercussão na imprensa, Monteiro Lopes deve realmente ter trabalhado muito na divulgação de sua candidatura. O memorialista José Vieira mencionou que, na época, comentavam que Monteiro Lopes passou por graves dificuldades financeiras em função dos gastos com a campanha.⁶⁵ Exagero ou não, as fontes evidenciam o grande investimento pessoal de Monteiro Lopes em conquistar um lugar na Câmara dos Deputados.

O fato é que em janeiro de 1909 a campanha estava a pleno vapor, afinal as eleições estavam marcadas para o dia 30 daquele mês. As mesas do seu escritório, localizado em uma casa antiga na esquina das ruas Senhor dos Passos e Sacramento, “(...) estavam cobertas de papéis, requerimentos, certidões, nomes anotados à pressa, lembretes com recados, caixas repletas de cédulas eleitorais (...)”. Homens entravam e saíam “(...) trazendo recados, levando cédulas (...)”⁶⁶ Com esse ritmo frenético de trabalho, incluindo noites em claro e falta de tempo para as refeições, Monteiro Lopes entrava na “(...) luta pela vitória das urnas”, segundo um jornalista de *A tribuna*.

A revista ilustrada *Careta* foi um dos periódicos que mais publicaram troças e opuseram opiniões à candidatura de Monteiro Lopes a deputado federal em 1909, associando-o a aspectos negativos, que iam da feiúra à compra de votos, passando pela burrice e pela bajulação.

A *Careta* declarou explicitamente que o partido pelo qual Monteiro Lopes se candidatou reunia homens que não tinham coragem de declarar suas convicções, “(...) políticos sem valor, que só aspiram proventos pecuniários (...) do cargo de representante da nação.”

Em sua campanha contra os “maus políticos”, a Revista utilizou, constantemente, o recurso de inserir comentários racistas sobre Monteiro Lopes em meio à abordagem de outros assuntos. Como ocorreu no caso do texto sobre os candidatos do Distrito Federal que pagariam aos chefes políticos locais para participar das chapas, o que, segundo a *Careta*, todos os políticos fariam, inclusive Monteiro Lopes. Aí, então, enxertaram o trecho: “E por falar em Monteiro Lopes, as coisas com o orçamento municipal, andavam mesmo pretas.” E emendavam mais outro trecho sobre os empréstimos tomados pela prefeitura para cobrir o déficit do orçamento.⁶⁷

⁶⁴ *A tribuna*. 05/01/1909.

⁶⁵ José VIEIRA. *A cadeia Velha*. Brasília/Rio de Janeiro, Senado Federal/Casa Rui Barbosa, 1980. p. 49.

⁶⁶ *A tribuna*. 05/10/1909.

⁶⁷ *Careta*, 09/01/1909.

Em outros momentos, às vezes na mesma edição, as injúrias eram mais diretas: “Não foi possível publicar o retrato do provector Monteiro Lopes, porque o nosso fotógrafo teve a infeliz idéia de procurá-lo à noite. Bateu toda a cidade e o Dr. Não foi visto.”⁶⁸ Em uma entrevista fictícia feita com Monteiro Lopes suas respostas foram satirizadas, fazendo-o parecer ridículo, pachola e interesseiro. Suas vestes sóbrias foram satirizadas, como se um negro não pudesse vestir-se como branco. Há várias insinuações de que era desinteligente, pois não conseguia compreender as perguntas feitas pelo jornalista, sempre respondendo ao pé da letra:

— E sobre a sucessão presidencial?

— Entendo que deve continuar como está de 4 em 4 anos.⁶⁹

A *Fon Fon* também publicou uma entrevista fictícia com Monteiro Lopes cujo tema eram as pretensões do candidato. Perguntado sobre o seu programa, disse que não tinha um, mas que ia fazer muita coisa. O primeiro ato seria pedir a Mesa que mandasse abrir mais janelas na Câmara para ver “tudo claro”. Depois, exigiria o fim dos votos em branco, entre outras medidas. Todas as pretensões apresentadas, na verdade, são troças racistas que fazem jogos semânticos com os binômios claro/escuro, preto/branco. Ao fim da entrevista, Monteiro Lopes afirmou que se não conseguisse aprovar suas idéias mandaria a Câmara “à preta dos pastéis ... de Santa Clara.” Já sobre a valorização do café, o fictício Monteiro Lopes, quando perguntado, respondeu que o governo deveria proibir a venda de cada xícara de café por menos de uma pataca, pois essa valorização geraria lucros incríveis.

As troças feitas na entrevista destacam que Monteiro Lopes não diferia de todos os outros políticos: só estaria interessado em obter votos em troca de favores, não teria opinião formada e debandaria para o lado de quem estivesse no poder. Suas principais bandeiras de luta em prol dos operários e do funcionalismo público — seus maiores aliados e eleitores — foram satirizadas de forma que seu programa político foi citado da seguinte forma: reduzir a jornada de trabalho para 4 horas por dia com dois intervalos, um para o almoço outro para o jantar, e dobrar os vencimentos do funcionalismo público, promovê-los, aposentá-los e conceder montepios a todas as suas famílias indiscriminadamente.⁷⁰ E, assim, a revista seguiu fazendo troça diariamente com Monteiro Lopes durante todo o mês de janeiro, isto é, no período mais intenso da campanha política.

⁶⁸ *Careta*, 09/01/1909.

⁶⁹ *Careta*, 16/09/1909.

⁷⁰ *Careta*, 16/09/1909.

Monteiro Lopes e sua candidatura também foram satirizados em inúmeras outras caricaturas, em geral de conteúdo racista, como esta publicada na *Fon Fon*:



Fig. 3 - Fon Fon, 27/02/1909.

A publicação de caricaturas também foi um recurso bastante utilizado pela *Careta* em sua sistemática oposição à candidatura de Monteiro Lopes. A maior parte delas vinha acompanhada de frases explicativas que buscavam dar um tom ainda mais cômico ao desenho:

“Dizem os intendentes que o preto não é cor. Logo Monteiro Lopes não é de cor.”⁷¹

- Eu só voto no Monteiro Lope.

- Pois comigo não há disso. Só voto em branco.⁷²

- Então, fica entendido, votamos em branco!

- Se todos do partido fizessem assim, o Monteiro Lopes rodava.⁷³

- Quá seu Mané Rapadura agora mêmo é que virou melado!

- E o que ganharam voxês cum isso?

- Que? Antão o doutô Monteiro Lope não vale (ilegível)? A crioulada juntou voto que não foi graça para tê um legítimo representante na Câmara. E para a outra vez então é que você vai ver seu Mané.

- O que?

- O Hemetério também na Câmara.”⁷⁴

⁷¹ *Careta*, 09/01/1909.

⁷² *Idem*.

⁷³ *Idem*.

⁷⁴ *Careta*, 06/02/1909.

Em *O malho* uma sátira insinuou uma reação mais agressiva dos negros, caso Monteiro Lopes não fosse reconhecido pela Comissão de Verificação de Poderes da Câmara dos Deputados. Com o título *Ameaça temive*, o periódico publicou o seguinte diálogo entre dois homens negros:

- Que lá isso? Se o Seu Monteiro Lopes não sai deputado, eu faço um tarritomoto pió que o a Intália!
 — E dois! Branco seja eu, si os bonde da Laite e os lampeão não pagá o disafôro!”⁷⁵

Uma das poucas caricaturas que não foram publicadas acompanhadas de frases que reforçaram a mensagem transmitida pelo traço era tão explícita que não precisa de legenda: mostrava Monteiro Lopes pagando com cédulas de dinheiro a eleitores por seus votos.⁷⁶

A insistência na publicação de comentários e caricaturas negativas sobre Monteiro Lopes não passou despercebida do público leitor, já que a própria *Careta* fez sátira de si mesma, assumindo, dentro dos seus padrões de comicidade e ironia, tal abordagem. A *Careta* publicou em 23 de janeiro de 1909 uma carta pretensamente escrita por um leitor chamado João A., de Niterói. Se fictícia, mas baseada em opiniões verdadeiras ou se realmente verdadeira, a carta censurava as caricaturas de Monteiro Lopes estampadas na revista e perguntava por que faziam troça do “estimável candidato”. Na mensagem ficava a ambigüidade: a reclamação seria em função da recorrência de caricaturas negativas contra o candidato ou por causa de seu conteúdo racialmente discriminatório? A resposta não tocou no conteúdo racial discriminador das caricaturas. Pelo contrário, enfatizou essa abordagem e tratou o caso como uma questão de bom senso e preferência política. O sutil e sofisticado jogo semântico evidencia os complexos estigmas arraigados e acionados naquele momento:

“Quer saber por que é? (...) Os eleitores que tiverem sua resolução tomada de votar no Sr. **Monteiro Lopes ou de votar em branco**, não o deixarão de fazer por causa da Careta. Salvo se tiverem um acesso de bom senso e carregarem a votação no Sr. Barbosa Lima. Se o Sr. João A. quisesse fazer o obséquio de não nos amolar, ficaríamos eminentemente agradecidos.”⁷⁷ (grifo meu)

Já a *Fon Fon* deu um pouco menos destaque que a *Careta* a Monteiro Lopes durante a campanha, publicando apenas notas sobre ele com trocadilhos que aludiam ao binômio branco-negro. Em 9 de janeiro de 1909, por exemplo, saudou os que teriam enviado felicitações de ano

⁷⁵ *O malho*, 13/02/1909.

⁷⁶ *Careta*, 09/01/1909.

⁷⁷ *Careta*. 23/01/1909.

novo à revista, destacando que recebeu “dois cartões em branco dos doutores Hemetério dos Santos e Monteiro Lopes (...)”. No mesmo dia também publicou outro pequeno texto fazendo uso do mesmo recurso: “Dr. Monteiro Lopes (Rio) - Infelizmente, não podemos atender o seu delicado pedido; nas próximas eleições pretendemos votar em branco.⁷⁸ No dia 23 do mesmo mês, a revista voltou à carga: “Dr. Monteiro Lopes (Rio) - Se o seu programa é este, que nos anuncia, conte com o nosso voto. Pensamos consigo - o preto no branco e pronto.”⁷⁹

Como uma das estratégias de Monteiro Lopes era utilizar o espaço da grande imprensa para divulgar sua candidatura e combater o racismo do qual estaria sendo vítima, é plausível supor que possa ter enviado pedidos de voto e propagandas do seu programa político à Revista.

Entretanto, vale considerar que esta insistência em fazer referência aos negros através do sarcasmo e da ironia com o objetivo de fazer humor está ligada, segundo Isabel Lustosa, a uma tradição humorística brasileira. Essa tradição foi forjada em torno das particularidades culturais e raciais dos chamados “povos formadores” do Brasil. Desde os tempos coloniais, o branco (português ou nacional) buscou legitimar-se a partir da afirmação da (suposta) inferioridade dos não-brancos.⁸⁰

Mas, a despeito das injúrias racistas, a campanha seguiu em frente e no dia 30 de janeiro deu-se a votação. Vários jornais noticiaram que desde cedo Monteiro Lopes e seus aliados percorreram os locais de votação do 1º distrito da capital para evitar fraudes, chegando a entrar em confronto físico com o político Irineu Machado.⁸¹

A *Careta* noticiou com surpresa o resultado oficioso das eleições de 1909, nas quais políticos tradicionais, como Sá Freire, Serzedelo Correa e Heredia de Sá haviam “amargado derrota” e “choravam a ingratidão” do eleitorado. Já Monteiro Lopes teria saído vitorioso “por eleição insofismável — preto no branco”.⁸²

A *Fon Fon* também fez troça com a vitória de Monteiro Lopes. Em uma nota colocou em dúvida o seu reconhecimento, aludindo ao seu eleitorado da seguinte forma: “Se o Dr. Monteiro Lopes for eleito deputado, um dos seus primeiros cuidados será tratar da revisão do contrato da iluminação pública. S.S. excelência vê a cidade muito escura.”⁸³ Outra dizia que seu programa

⁷⁸ *Fon Fon*. 09/01/1909.

⁷⁹ *Fon Fon*. 23/01/1909.

⁸⁰ Isabel LUSTOSA. *Op. Cit.* p. 269.

⁸¹ *Fon Fon*, 18/02/1909.

⁸² *Careta*, 30/01/1909.

⁸³ *Fon Fon*, 06/02/1909.

na Câmara seria “tornar as coisas claras quando estiverem pretas.”⁸⁴ Entre outras⁸⁵, uma das mais elaboradas saiu com o título “Uma questão de preposições” e dizia: “Se o Sr. Monteiro Lopes for reconhecido e diplomado não será um representante da nação, mas, um representante de nação.”⁸⁶

A *Careta* também continuou explorando o tema, publicando inúmeras notas sobre o deputado recém eleito. Em uma delas atribuiu a vitória do candidato à sorte, associando-o a uma determinada tradição cultural considerada naquele período de forma negativa: “E o Dr. Monteiro Lopes, hein! Que sorte! Está aqui, está rei de congado!”⁸⁷

A maior das notas, no entanto, criticava a ambição de Monteiro Lopes de entrar para a Câmara dos Deputados, supostamente, a qualquer preço — como se seu desejo não fosse legítimo — e a bajulação a políticos poderosos que estaria empreendendo para ser reconhecido. Os contatos e as negociações com políticos que Monteiro Lopes assumiu posteriormente ter feito para garantir que não fosse “degolado” novamente foram tomados pelo periódico como bajulação. Mesmo com as apurações oficiosas feitas pelos jornais, como era comum na época, apontando Monteiro Lopes como vencedor, a *Careta*, duvidava do resultado, possivelmente, baseada nos impedimentos anteriores: “Entrará o Sr. Monteiro Lopes? Quem sabe? As coisas podem ficar pretas!”⁸⁸

No dia 20 de fevereiro, talvez em função de alguma reclamação de Monteiro Lopes, de algum leitor ou de algum membro da redação da própria *Careta*, a Revista publicou uma espécie de explicação na qual afirmava não ter nada contra a cor do político negro. Sob o título *Gaveta de Cartas*, a Revista afirmou que seus membros não eram injustos, não combatiam nem implicavam com a cor de Monteiro Lopes. Ao contrário, defendiam que ele não fosse reconhecido no lugar de um candidato legitimamente eleito.⁸⁹

Ainda no mês de fevereiro, a imprensa começou a noticiar a existência de rumores de que Monteiro Lopes não seria degolado. A *Careta*, como de costume, noticiou que “as coisas definitivamente andavam pretas” e que Monteiro Lopes não saía da Igreja de N. S. do Rosário a

⁸⁴ *Fon Fon*, 06/03/1909.

⁸⁵ *Fon Fon*, 20/03/1909; *Fon Fon*, 10/04/1909; *Fon Fon*, 17/04/1909.

⁸⁶ *Fon Fon*, 06/03/1909.

⁸⁷ *Careta*, 13/02/1909.

⁸⁸ *Idem*.

⁸⁹ *Careta*, 20/02/1909.

rezar para S. Benedito.⁹⁰ Os boatos diziam que Afonso Pena e o Barão do Rio Branco não queriam um negro na Câmara dos Deputados, pois isso envergonharia o país e que o governo precisava do político Serzedelo Correia na Câmara para resolver questões do orçamento.

A eleição e o processo de reconhecimento de Monteiro Lopes em 1909 motivaram debates que revelaram preconceitos e barreiras raciais, evidenciando também as estratégias de luta e posições contrárias ao chamado, na época, “preconceito de cor”. Trata-se de um debate sobre os espaços ocupados e que poderiam ser ou não ocupados por negros.

A *Gazeta de Notícias* foi o primeiro jornal a defender os princípios constitucionais, alegando que no regime republicano os cargos são “delegações da nação” e, nesse sentido, comprovada legalmente a eleição, o presidente seria tão delegado e representante da nação quanto Monteiro Lopes.⁹¹

Mesmo com essas declarações favoráveis, diante dos rumores de que não seria diplomado por ser negro, em 15 de fevereiro de 1909, Monteiro Lopes realizou uma grande reunião com “homens de cor” no *Centro Internacional Operário* para tratar da sua possível exclusão da Câmara de Deputados. A reunião foi presidida pelo veterano da guerra do Paraguai, o sargento reformado Libâneo de Souza. Entre outras coisas, deliberaram: pedir apoio às corporações, aos sindicatos, à imprensa, às organizações compostas por homens negros na cidade e em todo o país; enviar um “memorial” a Rui Barbosa, pedindo que como representante do Estado da Bahia “onde a maioria é gente de cor”, aconselhasse a bancada baiana a não deixar que Monteiro Lopes, eleito pelo povo, fosse excluído da representação nacional por ser negro; dirigir uma mensagem ao presidente da província de Minas Gerais, Wescelau Brás, para que aconselhasse a bancada do seu estado a praticar os preceitos republicanos pregados pelo “inesquecível estadista João Pinheiro⁹²”; fazer uma manifestação pública e solene à imprensa livre e independente, que junto com o povo, “(...) têm combatido o atentado que maus brasileiros projetam, como seja, excluir da representação nacional o Dr. Monteiro Lopes, julgando incompatível sua cor para fazer parte da Câmara dos Deputados, apesar de legalmente eleito.”; convocar “um grande comício popular, onde será, dentro da ordem e da lei, lida uma enérgica mensagem contra o odioso sistema que se pretende implantar no regime republicano, fazendo-se distinção de raças e de castas, criando-se privilégios de cor, cindindo-se estupidamente a família brasileira.” A ata da reunião também dava

⁹⁰ *Careta*, 20/02/1909.

⁹¹ *Gazeta de Notícias*, 01/02/1909. No mesmo sentido, ver artigo de 02/02/1909, assinado por Tic Tac.

⁹² Olavo BILAC. O anticristo. *O Correio Paulistano*, 22/09/1907.

notícia da expedição de telegrama para a redação do *Diário da Bahia*, pedindo adesão ao movimento contra a exclusão de Monteiro Lopes, supostamente chefiada pelo *Centro Industrial*, por fazendeiros ex-negociantes de escravos, cujo porta-voz seria Alcindo Guanabara, “antigo jornalista dos escravocratas.” Telegramas do mesmo tipo foram enviados a Pernambuco e outros Estados. O *Centro Internacional Operário* providenciou o encaminhamento de uma ação judicial em defesa do deputado.⁹³

Ao término da reunião, esses “homens de cor” fizeram questão de registrar que deram vivas à república, à imprensa livre e à memória de João Pinheiro. Com um desses vivas — “Viva a República sem o preconceito de cor!” — todos se dispersaram na “melhor ordem”, de acordo com a ata assinada pela *Comissão Permanente Contra a Exclusão de Monteiro Lopes* publicada nos jornais.⁹⁴

A intenção, portanto, era denunciar e combater o suposto plano de exclusão e expor publicamente a discriminação racial a que estaria sendo submetido o “líder dos negros”. A estratégia utilizada foi mobilizar entidades, lideranças e indivíduos negros por todo Brasil, pressionar os chefes políticos estaduais e fazer uso dos espaços da imprensa.

O envolvimento de pessoas de outros estados da federação nessa mobilização é significativo, pois essa era uma eleição regional (Monteiro Lopes era candidato pelo 1º distrito da capital federal). Neste processo de mobilização, Monteiro Lopes abriu espaço para o questionamento de valores e atitudes dominantes a respeito das relações raciais, rompendo com o silêncio sobre o racismo.⁹⁵

Na ata da reunião divulgada na imprensa não há menção explícita aos boatos sobre o envolvimento de Afonso Pena e Barão do Rio Branco na suposta exclusão, que teria como motivo a vergonha em ter um parlamentar negro e a necessidade de se colocar em seu lugar um político da situação: Serzedelo Correia.

Na mesma data, o jornal *A imprensa* publicou um artigo intitulado “Será verdade?”, no qual se refere ao boato de que o Barão do Rio Branco estaria particularmente empenhado em impedir o reconhecimento de Monteiro Lopes. O autor anônimo declarou espanto em ver o filho do Visconde do Rio Branco, que tanto se empenhou pela aprovação da Lei do Ventre Livre

⁹³ Ver Rodolpho XAVIER. Uma oportunidade. *A alvorada*. 06/03/1932; Rodolpho XAVIER. Revivendo o passado. *A alvorada*. 07.06.1952.

⁹⁴ *Correio da Manhã*, 16/02/1909. Ver também *A opinião pública* durante o mês de fevereiro.

⁹⁵ Leo SPITZER. *Op. Cit.* p. 128 e 140.

(1871), envolvido na “(...) desfaçatez de terçar armas contra um representante do povo porque é negro.” O texto também fez menção à suposta intromissão de Afonso Pena na demanda, com o objetivo de “guardar as decantadas conveniências políticas” e impedir que Monteiro Lopes “furasse a sua chapa” naquela eleição. Diante de tantos boatos, o autor concluiu que “Por causa do Dr. Monteiro Lopes as coisas andam pretas nas rodas do Catete! O Dr. Afonso Pena vê tudo preto, no declínio do seu governo, com o reconhecimento do Dr. Monteiro Lopes.”⁹⁶ Note-se que mesmo esse texto que não traz injúrias raciais contra Monteiro Lopes utiliza um jogo semântico com a palavra preto para dar um tom humorístico ao seu artigo.

Contudo, o próprio Monteiro Lopes, em entrevista ao jornal *O Commercio de Campinas*, apontou o Barão do Rio Branco como um dos “primeiros perseguidores” a sua diplomação, conforme poderia se concluir a partir de charges publicadas no periódico *O malho*. Se os boatos tinham fundo de verdade ou se *O malho* utilizou esse recurso como estratégia de oposição ao governo é impossível saber, mas, Monteiro Lopes e seus seguidores e outros órgãos da imprensa deram crédito a esses rumores. Já a *Careta* citou o boato como algo que não merecia crédito. A Revista sempre reafirmava que Monteiro Lopes não havia sido eleito de fato e, que, por isso, deveria ser excluído.⁹⁷

Entretanto, ao espalhar esses rumores *O malho* também expunha o racismo de um país cujos governantes não estavam comprometidos em ampliar os direitos de cidadania. O periódico publicou várias notas e caricaturas nas quais insistiu na participação de Afonso Pena e do Barão do Rio Branco na exclusão de Monteiro Lopes da Câmara. No dia 6 de fevereiro, sua capa trouxe um desenho de Monteiro Lopes posicionado entre Rio Branco e Afonso Pena. O título era: *Coisas pretas*. Abaixo, lia-se a seguinte diálogo:

Pena — Vejam só isto! Até um preto, retinto como carvão, já é eleito deputado! Aí está o resultado do povo meter-se em política: qualquer borra-botas vale tanto como um titular...Não admito isso! (...)

Barão — Realmente, um pretalhão daquele eleito deputado, é uma espécie de eclipse na “República dos Conselheiros”... é tudo quanto pode haver de mais democrático...de mais feniano...e até de mais tenente do diabo! Fica mesmo uma República Carnavalesca.

Pena — E eu dançando de velho no meio dela ... Pois sim! Vou por o intruso no meio da rua! Leve tudo o diabo, mas não consinto preto no rebanho! Quem faz a política é o pastor. E o pastor sou eu!⁹⁸

⁹⁶ *A opinião pública*, 01/03/1909.

⁹⁷ *Careta*, 07/02/1909 e 06/03/1909.

⁹⁸ *O malho*, 06/02/1909.

Em *O malho* há várias outras notas e caricaturas que reforçam esses boatos.⁹⁹ Neste momento, os resultados da mobilização conclamada por Monteiro Lopes e seus aliados começavam a fazer eco. Após a reunião realizada na cidade do Rio, os primeiros a manifestarem publicamente seu apoio à posse de Monteiro Lopes foram cidadãos negros da cidade de Pelotas. O jornal pelotense *Opinião Pública* noticiou em 3 de março de 1909, que a exemplo do que vinha acontecendo na capital federal, naquela cidade estava programada “(...) uma grande reunião de homens de cor para tratar da projetada exclusão da Câmara dos Deputados, que por ser negro, se prepara contra Manuel da Motta Monteiro Lopes, eleito deputado no pleito de 30 de janeiro.” Anunciava-se, ainda, que a reunião estava sendo convocada por “cidadão da raça etiópica”- que convidavam “todos os homens que se prezam ser de cor.”¹⁰⁰ O convite determinava o encontro para o dia 6 de março na sede da *Sociedade Flores do Paraíso*, assumindo a causa de Monteiro Lopes como uma causa comum a todos os negros, pois a sua exclusão um atentado “aos direitos sociais e da justiça” que assistia aos negros e a seus descendentes em geral, como partes integrantes “da Família Brasileira”.¹⁰¹

No dia 8 do mesmo mês, o jornal noticiou as deliberações da reunião: telegrafar ao presidente da república, a Monteiro Lopes e ao *Centro Internacional Operário* anunciando o apoio dos “cidadãos de cor” de Pelotas à causa; promover um comício popular com o objetivo de apelar ao deputado federal pelo Rio Grande do Sul Cassiano do Nascimento para que cooperasse com a diplomação de Monteiro Lopes, que não poderia ser excluído do parlamento pelo fato de ter “a epiderme negra”; pedir a adesão, por meio de comissão ou telegrama do Dr. Pedro Moacyr; solicitar por telegrama que o presidente Afonso Pena garantisse a manutenção das garantias constitucionais; e fundar o *Centro Etiópico Monteiro Lopes*, cujo presidente seria Rodolpho Xavier.¹⁰²

No dia 20 de março houve outra reunião, deliberando-se não mais realizar o comício popular — decisão que também foi tomada pela comissão reivindicatória do Rio de Janeiro. É provável que o risco de conflitos fosse eminente e que um comício pudesse parecer à opinião pública algo radical, já que a acusação de serem racistas às avessas também ganhou as páginas dos jornais. De qualquer maneira, nesta reunião, o grupo de Pelotas decidiu criar um jornal da

⁹⁹ Ver *O malho* durante todo o mês de fevereiro.

¹⁰⁰ *A opinião pública*, Por ser negro. 01/03/1909; 03/03/1909.

¹⁰¹ *A opinião pública*, Convite. 08/03/1909.

¹⁰² *A opinião pública*, 08/03/1909.

instituição fundada, enviar uma comissão ao encontro do deputado Cassiano do Nascimento, solicitando o seu apoio ao reconhecimento de Monteiro Lopes, o que foi feito posteriormente ¹⁰³ Foi lida também, sob aplausos, uma carta enviada por Monteiro Lopes em agradecimento ao telegrama que do *Centro Etiópico*: “Recebi com a mais íntima satisfação o vosso telegrama noticiando a fundação do *CEML* e o grande interesse pela minha causa, que é a causa de todos nós”. Também afirmava que os amigos e companheiros do Rio exultaram diante do apoio ao “combate ao vil preconceito” que ameaçava sua posse. Monteiro Lopes reforçou ainda mais esses laços raciais ao assinar a carta como “velho e dedicadíssimo irmão.” ¹⁰⁴

A repercussão da mobilização começava a dar frutos: o *Diário do Rio Grande do Sul* publicou um telegrama do seu correspondente no Rio, afirmando que a bancada gaúcha e grande parte da Câmara, pressionados, já estariam a favor do reconhecimento de Monteiro Lopes como deputado. Na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, foi fundado mais um *Centro Etiópico Monteiro Lopes*, com a presença de 350 cidadãos, cujo objetivo era defender a posse do deputado negro. A organização homônima de Santa Maria também enviou telegramas aos políticos Pinheiro Machado e a Cassiano do Nascimento pedindo apoio. ¹⁰⁵

A partir daí teve início uma significativa mobilização de entidades formadas por homens negros na cidade do Rio, em Campinas e arredores, em várias cidades do Sul do país, na Bahia ¹⁰⁶ e em Pernambuco ¹⁰⁷. Esse movimento resultou em vários telegramas enviados (e publicados) a jornais por todo o Brasil e em cartas enviadas a políticos de prestígio, como Rui Barbosa, Pinheiro Machado e Wenceslau Brás. Em função desse movimento, durante o ano de 1909, nas cidades de Campinas, Pelotas e Santa Maria no Rio Grande do Sul, foram fundados grêmios, associações e até mesmo um clube de futebol com o nome do deputado.

A essa altura, o telegramas de organizações compostas por negros já haviam sido enviados aos jornais da capital pelo próprio Monteiro Lopes e, vários políticos receberam telegramas e visitas de membros dessas organizações pedindo o respeito à Constituição e às prerrogativas republicanas.

¹⁰³ *A opinião pública*, 07/04/1909.

¹⁰⁴ *A opinião pública*, 22/03/1909.

¹⁰⁵ *A opinião pública*, 07/04/1909.

¹⁰⁶ *Correio da Manhã*, 18/02/1909 e 19/02/1909.

¹⁰⁷ *Correio da Manhã*, 07/03/1909 e 04/05/1909.

Diante dessa pressão, Pinheiro Machado declarou o apoio da bancada rio-grandense à diplomação de Monteiro Lopes.¹⁰⁸ Cassiano Ricardo, outro político gaúcho, garantiu que se Monteiro Lopes tivesse obtido “o número legal de votos” podia “desde já, considerar-se reconhecido pela Câmara.”¹⁰⁹ Carlos Peixoto, líder da bancada mineira e presidente da Câmara dos Deputados, afirmou, segundo o jornal *A opinião pública*, que “o reconhecimento do deputado preto era questão fechada.”¹¹⁰

A *Careta* continuava, na linha humorística, a se opor a Monteiro Lopes, registrando que ele andava

(...) a fazer protestos de letras pela imprensa (...) de que o queriam por fora da Câmara (...) sob a frívola desculpa e mau pagador de que o ex-intendente (...) é negro de fumo. (...) Nós estamos aqui para defender os sagrados vasos direitos do povo (...) e protestar contra tudo que se projeta, pois, antes de tudo a verdade eleitoral manda que o Sr. Monteiro Lopes entre na Câmara escura e sente-se na cadeira austríaca.¹¹¹

Em função desses protestos, a *Careta* passou a acusar os próprios negros de estarem ensejando a discriminação e a segregação racial no país. O mais irônico é que o parágrafo em que o autor desenvolve esse argumento começa com uma associação bastante racista:

E por falar em macacos, os pretos agora entenderam de fundar em nosso país uma coisa que não existia: o preconceito de cor. Os pretos querem fazer no Brasil o que os brancos fazem nos Estados Unidos: excluir os que não são negros do convívio racial. Está aí no que deu a intrigada feita em torno do caso Monteiro Lopes.

O cronista, então, passou a imaginar o Brasil invertido, ou seja, como uma sociedade segregada com os negros no lugar dos brancos, ironizando a ascensão de um negro à política e as conseqüências disso em termos de identificação racial e de possibilidade de ampliação de sua participação na sociedade:

Agora os brancos vão ver o que é perseguição: bondes à parte, restaurantes à parte, teatros à parte, e por qualquer crimesinho, um linchamento de todas as regras. Porque os negros perderam a paciência e querem o lugar que lhes compete: vão dar a nota. Isto quer dizer muita coisa entre as quais que o que hoje nós chamamos de cabelo ruim vai ser chamado agora de cabelo bom. Porque, enfim, isso não passa de uma simples convenção. (...) desde que se estabeleça que a cabeleira crespa ou torcida seja a boa, a que for lisa merecerá sem dúvida o nome de má cabeleira. Logo, fiquem sabendo os de cabelo chamado bom

¹⁰⁸ *Commercio de Campinas*, 01/03/1909.

¹⁰⁹ *A opinião pública*, 12/04/1909; *A Platéia*, 29/02/1909

¹¹⁰ *Commercio de Campinas*, 01/03/1909.

¹¹¹ *Careta*, 07/02/1909.

atualmente, que este mesmo cabelo brevemente vai ser chamado de ruim e será um estigma aviltante.¹¹²

Essa onda de protestos que evidenciou publicamente a capacidade de mobilização de entidades e lideranças negras também foram satirizados em quadrinhas nas quais a “língua de preto” aparecia mais uma vez como recurso cômico:

Ao dispois de um home inleito,
 Esse povo qué tratá
 Das inleição anulá
 Para fazê o outro intra...
 O' gente! Isso ta direito?
 Mi parece imbromação!
 O pessoar, num arranco,
 Quê fazê do preto branco,
 Mas eu não vou no arrastão
 Nessa ondea é que não caio!
 Despois do Treze de Maio
 É tão bão como tão bão!
 Esses homes não me atende,
 Pois são branco, lá si entende
 Mas na Camara hei de intrá
 Ocugelê cubabá!¹¹³

(...)
 Ocugelê cubabá!
 Vamu sahi da cacimba
 Mostrá que a Cambra [Câmara] é marimba
 Que preto pode tocá.¹¹⁴

— Seu Montero Lope stá inleito! Isto qué dizê que nois fiquemo na ponta...
 — Tal i quá! Vou arranjà diproma de bacharé p'ra sê candidato a presidença...
 — Sim, senhô! – E eu vou mi dimiti de conzinheiro p'ra mi presentá p'ra intendente!”¹¹⁵

Entretanto, o que antes era encarado só com pilhérias pela imprensa começa a ser debatido também como assunto sério e de interesse nacional.

¹¹² *Careta*, 03/04/1909.

¹¹³ *A tribuna*, 02/02/1909.

¹¹⁴ *A tribuna*, 20/02/1909.

¹¹⁵ *O malho*, 06/02/1909.

A *Gazeta de Notícias* publicou um artigo no qual o articulista comentava o telegrama expedido à imprensa pelo CEML de Pelotas. O texto acusava Monteiro Lopes de coagir a Câmara — por meio da mobilização dos negros — para que o reconhecesse deputado. A pressão feita pelos negros, segundo o autor, retirava da Câmara “o trabalho de verificar se o Sr. Monteiro Lopes foi eleito mesmo de verdade” proclamando antecipadamente

(...) a legitimidade do seu título, dando-lhe assim a invejável situação privilegiada de não depender como os outros 221 candidatos do exame de atas e outras condições que a lei exige, mas só em relação aos brancos. E a Câmara que não se faça de fina se não quer que o Sr. Monteiro Lopes levante a raça inteira para obrigá-la a dar-lhe a cadeira que disputa e sobre cuja posse não admite exame nem discussão.¹¹⁶

Percebe-se que os protestos pelo reconhecimento de Monteiro Lopes pareceram ameaçador a alguns, como se a mobilização e a organização política baseada em uma identidade racial e a exigência igualdade de tratamento e de direitos fosse um acinte, uma demonstração de indolência, de insubmissão. Os negros estariam ousando sair “do seu lugar”.

Mas, também houve quem apoiasse a mobilização publicamente, como o rábula Evaristo de Moraes, em artigo publicado no *Correio da Manhã*, um dia antes da reunião no *Centro Internacional Operário* acontecer — o que indica que estava bastante próximo e informado sobre a movimentação. Com o título *A cor ... política*, Evaristo de Moraes iniciou sua argumentação com um interessante jogo de palavras: mencionou que a expressão “cores da política” teria deixado o universo da figuração para entrar para o “terra-a-terra do realismo.” Essa mudança de significados teria sido provocada pela “escandalosa depuração” que se planejava contra Monteiro Lopes, demonstrando a preferência cromática da política pelas “duas cores patrícias — a branca e a parda — com prejuízo da outra cor que tanto distingue o venerado e milagroso S. Benedito.” A “politicagem nacional”, que repelia o negro, aceitava o pardo e abraçava o branco, cometeria um dos seus maiores erros ao excluir um parlamentar por motivo pigmentar. Até porque, para ele, quem não tinha sangue africano em função dessa mestiçagem, não teria por isso “escapado” de sua influência que, graças à escravidão, disseminou uma “mestiçagem moral” entre nós, traduzida em idéias, hábitos, sentimentos, “no amolecimento do coração e na tendência para certo fatalismo corruptor e dissolvente”. Aqui, Moraes acentuou a origem africana da nação, igualando todos a partir da inferioridade.

¹¹⁶ *Gazeta de Notícias*, 09/03/1909.

Se até agora, segundo Moraes, não havia no Brasil “a calamitosa luta de raças”, como existia na Áustria-Hungria e nos Estados Unidos, essa exclusão poderia despertar “paixões ruins” e o “levantamento de ódios”.

Esse tipo de argumento, que chamava a atenção para a necessidade de não impor barreiras tão rígidas à ascensão dos negros na república, a fim de evitar a mobilização e a organização política baseada em critérios raciais, foi uma estratégia deliberadamente utilizada por Monteiro Lopes e por seu aliado Evaristo de Moraes. Certamente estavam dialogando com o medo que sabiam habitar as mentes e os corações dos grupos dominantes de que os negros passassem a identificarem-se pela diferença e, que assim, explodissem conflitos raciais.

Afinal, em nome da nacionalidade, o Brasil deveria esforçar-se para seguir a tradição de (uma suposta) incorporação “carinhosa” da raça negra, comandada desde os tempos coloniais pelo “sentimentalismo português” e pela “vasta mestiçagem que se veio incessada desde o século XVII.” Se a fusão de raças estaria acontecendo sem opressão e violência; se pouco faltava para desaparecerem o “os vagos preconceitos que são apenas sobrevivências da escravidão”, não se deveria despertar ódios raciais, que seriam inevitáveis com a exclusão de um negro, legalmente eleito, do Parlamento. Para Moraes, já bastavam “certas prevenções com as quais se conformam “covardemente nossos homens mais cultos e generosos”. Citou, então, o caso de um presidente da república no Brasil que mandou retirar “pretos” da guarnição de uma galeota de luxo; de uma instituição educativa e de um internato administrados por religiosas em Petrópolis e no Rio que não admitiam a entrada alunas negras e mestiças, independente de suas posses; do Instituto Profissional Feminino, órgão público que, até certo tempo, não permitia a entrada de “meninas de cor preta”.

Era preciso, portanto, deixar de “hipocrisias e de mascaradas étnicas”, pôr de lado “a vergonha do estrangeiro quanto à cor mais ou menos confusa de nossos servidores e representantes, fossem marinheiros ou deputados” e assumir que o Brasil era uma terra de “mulatos, pardos e mestiços de todas as cores”. O que deveria preocupar “os próceres e magnatas da Política” eram a aptidão, a competência e a capacidade intelectual e moral e não a cor da pele dos candidatos eleitos. Evaristo de Moraes terminou seu manifesto pedindo que os donos da política deixassem de olhar a cor da pele dos que entravam pelas portas do Congresso para olhar

para as unhas “de alguns que lembram aves de rapina, e cujos mandatos as oligarquias garantem a ferro e fogo (...).”¹¹⁷

Tratando também da exclusão de Monteiro Lopes, um jornalista não identificado publicou o texto *Homens de cor*, no jornal carioca *A tribuna*. Para ele, atos arbitrários como a exclusão de políticos eram, “infelizmente”, comuns naquela república na qual os interesses da política estadual e dos líderes da situação dominavam a cena com o objetivo de favorecer amigos mal sucedidos nas eleições ou refrear a oposição. Mas o caso de Monteiro Lopes era diferente, porque, segundo o autor, não era um político que opunha sérios obstáculos ao governo. Sua depuração estaria diretamente ligada à cor, que não lhe permitia “disfarçar a raça”. A vergonha do estrangeiro teria motivado a tentativa de excluí-lo da Câmara, que por sua vez gerou um “amplo movimento de protesto” que iria “abrir ao Brasil republicano o conflito odioso que a monarquia soube inteligentemente e democraticamente evitar. (...) A incompatibilidade de cor não estava prevista na Constituição Federal.” A exclusão de cunho racista de Monteiro Lopes despertaria divisões vergonhosas na sociedade brasileira e levantaria contra a república “uma massa compacta de antipatias e ódios.” No entanto, o preconceito manifestado pelos homens que tinham autoridade na Câmara não refletia “a opinião pública no nosso país.” Em um país no qual boa parte de sua população era “de cor”, nada mais natural do que “um negro hábil, bacharel em direito” conseguir obter votos e chegar à Câmara dos Deputados.

O jornalista chamava a atenção do leitor ainda para o perigo da afetiva relação entre os negros e a monarquia, citando emblemático ato da Princesa, ao tirar André Rebouças para dançar, insinuando às damas que não deveriam rechaçar a companhia daquele homem “de caráter primoroso”, por ser negro. Isabel, “a libertadora generosa da raça” não ousaria repelir um da Câmara candidato vitorioso por ele ser negro. E, se os republicanos não quisessem se tornar impopulares, não deveriam deixar que fossem associados às “prevenções de raça”.

Além disso, o presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, já teria dado o exemplo demonstrando que repugnava o preconceito de raça ao sentar-se à mesa, na Casa Branca, com um negro — Booker Washington. Afonso Pena não precisava fazer o mesmo, convidando Monteiro Lopes para jantar em Petrópolis, mas sim, garantir o cumprimento da lei e o respeito à vontade

¹¹⁷ Evaristo de MORAES. A Cor...política. Oposição ao preto! *Correio da Manhã*. 14/02/1909.

soberana dos que o elegeram, em nome da harmonia social e da dignidade do regime republicano. Na república, concluiu o autor, os direitos deveriam ser iguais para todos.¹¹⁸

Os aliados de Monteiro Lopes durante o processo de sua diplomação não foram os únicos a denunciarem episódios de discriminação racial naquele momento. Em diálogo com esses homens e compartilhando dessas mesmas prerrogativas, encontramos Olavo Bilac, indignado ao tomar conhecimento do que para ele era um absurdo, ainda mais em uma república.

Um incidente comentado por Bilac na *Gazeta de Notícias* também é revelador dos matizes com que a mestiçagem e o “preconceito de cor” foram concebidos na época. Ao comentar sobre uma viagem do General Roca a São Paulo, mencionou um contratempo que teria acontecido em uma parada na cidade de Resende. Em meio a foguetes, bandas de música e aclamações, um octagenário homem negro, veterano da guerra do Paraguai, teria gritado: “Viva o Imperador!”, oferecendo ao general um cacho de bananas. De acordo com Bilac, diante da manifestação “burlesca e comprometedora”, os brasileiros presentes ficaram muito constrangidos porque quando os argentinos queriam “(...) cobrir-nos de ridículo (...)” lançavam à face dos brasileiros

(...) justamente esses dois estigmas: os nossos pretos e as nossas bananas. E ali estava um preto oferecendo bananas ao general Roca! ...Imaginais o pasmo da comitiva? Os que não coraram de vergonha, riram de malícia... Não sei até como não se levantou ali algum punho colérico para fulminar com um soco patriótico imprudente, o homem que ousava, com sua presença bárbara, perturbar a harmonia da festa civilizada.¹¹⁹

Diferente dos “bonifrates” brasileiros da comitiva, o general Roca não teria rido nem se indignado: recebeu o “preto” com benevolência, saudou-o quando soube que era um veterano da guerra do Paraguai, aceitou as bananas e gratificou o “pobre ancião”. Preocupado com a questão, Bilac indagou de quê os brasileiros teriam vergonha ou achariam graça, pois ali estava uma pessoa que deveria ser respeitada não apenas pela sua idade, mas por representar a “(...) velhice na nossa terra, o nosso passado, a nossa tradição. Estava ali a raça mártir que nos desbravou a terra, que a regou com o seu sangue, que a defendeu, que a formou, que a enriqueceu!”. Isto é, a contribuição dos negros à nacionalidade ultrapassaria a suposta afetividade submissa e do trabalho.

A história daquele “preto de carapinha” seria a de muitos outros pretos que vieram para cá ou aqui haviam nascido cativos; que se fizeram homens “debaixo do azorrague e do opróbrio” e

¹¹⁸ *A tribuna*, 17/02/1909.

¹¹⁹ Olavo BILAC. Crônica. *Gazeta de Notícias*. 24/03/1907. In: Antonio DIMAS. *Bilac, o jornalista. Crônicas*, vol. 2. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de SP/EDUSP/Ed. UNICAMP, 2006. p. 78-79. Ver nesse mesmo sentido: Domingos OLIMPIO. O Doutor Conceição. *Kosmos*. Ano I, nº 5, maio, 1904. .

que conquistaram a liberdade em troca de uma nova escravidão, pois foram lutar no Paraguai “e lá se bateram sem saber por que se batiam”. Na volta, teriam sido abandonados à própria sorte pelo governo e pela sociedade, envelhecendo na “ignorância, na ociosidade e no abuso da aguardente (...) numa terra em que até hoje a organização do trabalho é um mito”. Bilac considerava que aquele homem era um sobrevivente, tanto da guerra quanto do egoísmo dos que não se importaram com ele após o seu retorno ao Brasil. Então, por que a vergonha e o riso, justamente em um país que se orgulhava de ter assimilado a “raça negra”? Bradando contra o “desprezo” corrente contra os negros, defendeu que eles deveriam ser assumidos no passado e no presente:

Nós todos costumamos dizer, com uma basófia retumbante, que não desprezamos a raça negra, que a incorporamos dignamente em nossa civilização, que não a perseguimos, nem a exterminamos. Não a exterminamos pelas armas, é certo. Mas não é menos certo ainda que a tratamos sempre com desdém. Aqui, os brancos desprezam os pretos; os mulatos claros dizem que são brancos, e os mulatos escuros dizem que não são descendentes de pretos, mas descendentes de tamoios e de tupiniquins. É ainda uma raça maldita! e, entretanto, o Brasil foi feito por ela...Oh, a nossa cruel tolice! a nossa estúpida presunção! Como se uma pátria pudesse anular o seu passado, alterar a sua tradição, destruir a sua história, toda facilmente como qualquer de nós deita ao lixo as botinas estragadas (...) Não, meus amigos e meus irmãos! (...) Não foi um incidente vergonhoso, nem um incidente ridículo. Nessas festas ao nosso amigo [general Roca], a homenagem do soldado ancião, do preto maluco, do cidadão humilde, foi a nota enternecedora. Aparecendo ali, inesperadamente, em pleno brilho do festival civilizado, o preto decrépito parecia estar dizendo: “Um momento amigo! eu também sou brasileiro, e dos mais dignos, apesar da minha cor, apesar da minha decrepitude, e apesar da minha baixa condição. Podem rir à vontade esses meninos bonitos que vos acompanham: vós não ríreis! E vós não ríreis porque somos irmãos: batemo-nos juntos, vencemos juntos (...).¹²⁰

Podemos perceber que Bilac dialogava com seus leitores assumindo que, embora se admitisse a integração dos negros, havia um forte “preconceito de cor” naquela sociedade, abrangendo, inclusive, as relações entre negros e mestiços. A insistência do autor na perspectiva da integração é incontestável, mormente ao defender que o Brasil deveria assumir sua herança africana, mesmo que isso ainda fosse um motivo de constrangimento.

Outro caso de discriminação racial registrado por Bilac guarda muita semelhança com as abordagens dos defensores e do próprio Monteiro Lopes sobre a questão publicadas na imprensa, o que indica ser este um tema que, no mínimo, interessava aos leitores.

O fato se deu quando foi encenada na cidade do Rio a peça *O dote*, de Arthur Azevedo, em italiano e por atores italianos. Na véspera do espetáculo, Bilac ouvira comentários de que a

¹²⁰ *Idem.*

peça seria um fiasco, pois um ator italiano iria representar o “(...) velho preto João, que é um tipo exclusivamente, fundamentalmente, essencialmente brasileiro (...)”. Mas, segundo Bilac, “(...) o preto João interpretado pelo ator italiano foi um admirável preto.” Ao sair do teatro teria encontrado um sujeito preocupado com o fato de esta peça fosse encenada Itália. Para Bilac, este era um grande favor que os atores italianos fariam ao Brasil, divulgando nossas artes no exterior, mas, para o “Sr. Nariz torcido” era motivo de vergonha mostrarem à Europa que no Brasil havia pretos. Bilac criava, mais uma vez, a oportunidade de abordar o tema do desdém pelos negros em suas crônicas e afirmava de novo seu importante papel na formação brasileira:

É esta uma das nossas manias: esconder o preto, disfarçar o preto, ter vergonha do preto, querer convencer a Europa da não existência do preto. Queremos tirar o preto das nossas fotografias, das nossas peças de teatro, dos nossos romances, da nossa história, da nossa raça e da nossa vida... Absurda e tola pretensão! Néscia e irritante mania! Nenhum povo altera, nem anula, nem precipita a sua história. O preto é inseparável, na constituição da nossa raça, dos outros elementos que têm contribuído e ainda hão de contribuir para formá-la. A mania não é apenas absurda e tola é também injusta, e reveladora de muita ingratidão. Foi o preto, afinal, que verdadeiramente criou esse país: lavrou a terra, regou-a com o suor, com o seu sangue e com as suas lágrimas; fecundou-a com o seu trabalho e com o seu sofrimento; preparou-a, com o seu obscuro sacrifício, para o radiante presente, de que ela já está gozando, e para o futuro, mais radiante ainda que a espera... Não há motivo para que reneguemos o preto, - nem no teatro, nem na vida real. O preto João de Arthur Azevedo não nos desmoralizará na Itália. Já temos para lá mandado muitos brancos de verdade, → muito piores do que esse pobre e generoso preto de ficção.¹²¹

Esta era uma defesa evidente de que o Brasil deveria ser compreendido a partir do ponto de vista da integração e não da separação de classes ou raças. Ciente de sua missão pedagógica — ainda que eu não tenha localizado nenhum escrito seu sobre Monteiro Lopes entre os anos de 1906 e 1909 — Olavo Bilac, em várias oportunidades na imprensa, reagiu indignado ao que, segundo ele, seria a crescente americanização do Brasil, representada pela introdução da discriminação racial no país. O Brasil correria o risco de fazer aflorar os “ódios de cor”, caso se submetesse ao imperialismo dos Estados Unidos, país destacado como sendo racialmente segregacionista.¹²²

De volta de uma viagem a São Paulo, o autor comentou sobre a proibição da entrada de “pretos e mulatos” - tomados por “incapazes e más figuras” - na guarda civil naquela cidade. O “preconceito de cor”, “o mais bárbaro e revoltante de todos os preconceitos”, deveria ser

¹²¹ *Correio Paulistano*. 23/06/1908. In: Antonio DIMAS. *Bilac, o jornalista. Crônicas*. Op. Cit. p. 200.

¹²² *Gazeta de Notícias*. 21/01/1906. In: Antonio DIMAS. *Bilac, o jornalista. Crônicas*. Op. Cit. p. 113.

totalmente repudiado. Afinal, o que mais honrava e nobilitava a “civilização brasileira” era justamente

(...) a singela e admirável harmonia que ela estabeleceu entre as raças que contribuíram para a sua formação. A cor jamais impediu, no Brasil, que um homem galgasse as mais altas posições. Já no tempo do Império havia no Senado homens de cor. Vários mulatos, bem pouco disfarçados, foram ministros de Estado... Foi preciso que estabelecêssemos a República e que nos entregássemos de corpo de alma ao mais democrático de todos os regimes – para que alguém se lembrasse de excluir do seio de uma corporação os pretos e os seus descendentes!¹²³

Ao referir-se ao passado, Bilac trazia à tona exemplos dessa pretensa convivência racial harmônica, defendendo a mestiçagem como característica positiva e original da nacionalidade brasileira. A destruição da “grande obra confraternizadora das raças” empreendida no passado seria “um crime imperdoável”, além de uma “revoltante ingratidão” com o “preto”. Estaria ele se referindo a casos de preconceito de cor mencionados anteriormente como algo exclusivamente recente, que não aconteceria nos tempos do Império? Difícil saber. Como fundamento de seu argumento, Bilac expôs a realidade mestiça do Brasil, ao afirmar que nessa “perseguição imoral e vergonhosa exercida contra os homens de cor” não haveria somente ingratidão, mas também uma “filúcia cômica”, pois nenhum brasileiro seria “completamente, absolutamente, legitimamente” branco, sem a mescla africana no sangue:

Lembra-vos, amigos, que já o Marquês de Pombal foi um dia obrigado a lançar um decreto determinando “que todos dos fidalgos de Portugal, fosse qual fosse a sua ascendência, seriam, para todos os efeitos, considerados brancos...” É que lá, depois das conquistas na África, começou a nascer muito fidalgote de pele trigueira demais...E que diremos nós da nossa fidalguia agrícola, nascida entre o palácio e a senzala?”¹²⁴

A constatação histórica de que o Brasil era uma nação mestiça — originada de Portugal, outra nação mestiça — legitimava a condição mestiça brasileira como singularidade e igualava a todos, ainda que a partir do discurso branco dominante. Mas, para Bilac, ser uma nação mestiça não implicaria inferioridade racial nem impedimentos ao progresso e à civilização, desde que todos tivessem acesso à educação formal e ao trabalho, incluindo os egressos do cativo e seus descendentes.

Não há como negar, portanto, os diálogos travados com os paradigmas racistas, que previam a total inferioridade dos negros. Ainda que não tenha tocado na questão dos direitos

¹²³ *Idem.*

¹²⁴ *Idem.*

políticos essas afirmações servem para matizar a penetração das teorias raciais no Brasil, que fizeram parte daquele horizonte intelectual de diferentes formas.¹²⁵

Ademais, estes também são indicativos de que aquela jovem república frustrou expectativas de liberdade e cidadania, inclusive da população negra. O acesso à educação formal e aos direitos políticos, a eliminação das barreiras raciais e a igualdade de tratamento fundamentou as expectativas de direitos a abolição e a república deveriam ter trazido.¹²⁶

Em 1910, a demanda pelo acesso à educação e à igualdade de tratamento continuava presente na agenda de reivindicações da população negra ou, ao menos, de parte dela. A Revolta da Chibata é outro notório exemplo nesse sentido. Em 22 de novembro enviaram uma mensagem ao presidente da república, Afonso Pena, com suas reivindicações:

Nós marinheiros, cidadãos brasileiros e republicanos, não podendo mais suportar a escravidão na marinha brasileira, a falta de proteção que a pátria nos dá; e até então não nos chegou; rompemos o negro véu, que nos cobria aos olhos do patriótico e enganado povo. (...) durante vinte anos de república ainda não foi bastante para tratar-nos como cidadãos fardados em defesa da pátria, mandamos esta honrada mensagem para que V. Excia. faça aos marinheiros brasileiros possuímos os direitos sagrados que as leis da república nos facilitam (...).¹²⁷

A abolição e a república trouxeram consigo muitas expectativas, ainda cobradas depois de vinte anos da proclamação. De todo modo, não se pode desconsiderar o significado do processo, pois lutar por espaços na política também era afirmar direitos e desejos redefinidos a partir destes dois acontecimentos tão marcantes. Era o desejo de fazer escolhas próprias, de criar possibilidades e de abrir novos caminhos.

¹²⁵ Como mais uma pista nesse sentido se pode citar o caso de Monteiro Lobato. Ao contrário de Bilac, estabelecido no Rio, Capital da República, Monteiro Lobato não enxergou positividade na mestiçagem quando passou pela cidade. Lobato, num movimento inverso, louvou a barreira que o preconceito racial estabeleceu à mestiçagem nos Estados Unidos, tendendo a defesa explícita do branqueamento. Em carta a um amigo, relatou suas impressões sobre o que vira nas ruas da cidade do Rio: “*Num desfile, à tarde...perpassam todas as degenerescências, todas as formas, más-formas humanas – todas menos a normal...Como consertar essa gente? Que problemas terríveis o pobre negro da África nos criou aqui, na sua inconsciente vingança! Talvez a salvação venha de São Paulo e outras zonas que intensamente se injetam de sangue europeu. Os americanos salvaram-se da mestiçagem com a barreira do preconceito racial. Temos também aqui essa barreira, mas só em certas classes e certas zonas. No Rio, não existe*”. Monteiro LOBATO. Carta de 3 de fevereiro de 1908. In: *A barca de Gleyre*. São Paulo, 1944. p. 133. Skidmore chamou a atenção para o fato de que as partes de conteúdo mais racista dessa carta foram suprimidas da correspondência do autor publicada, posteriormente, em suas obras completas. Thomas SKIDMORE. *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. Sobre outros debates intelectuais acerca de mestiçagem e do racismo, ver também, Carolina Vianna DANTAS. *O “Brasil café com leite”. Mestiçagem e identidade nacional em periódicos, Rio de Janeiro, 1903-1914*. Rio de Janeiro, Edições Casa Rui Barbosa, 2010.

¹²⁶ Ver Wlamyra ALBUQUERQUE. *O jogo da dissimulação*. São Paulo, Cia das Letras, 2009.

¹²⁷ Edmar MOREL. *A revolta da chibata*. Guanabara, Editora Letras e Artes, 1963. p. 52-53.

Logo, os exemplos citados mostram o quanto alguns grupos compostos por negros se empenharam em exprimir que o debate sobre a república, sobre a questão racial e a representação política também cabia aos negros. Além disso, as próprias estratégias utilizadas para pressionar pelo reconhecimento de Monteiro Lopes permitem entrever que havia naquele momento um processo (ou processos) de identificação e aproximação racial, ainda que disperso. A mobilização alcançada também evidencia que aqueles negros sabiam o quanto a união e as demonstrações públicas de força eram garantia para a luta contra a discriminação racial.¹²⁸

De acordo com um jornalista do *Correio da Manhã*, a aglutinação de “todas as classes de homens de cor” em torno da candidatura de Monteiro Lopes foi possível porque esse era um movimento que já vinha ocorrendo há muito tempo. Essa “explosão” permaneceu em “estado latente” desde a abolição, quando “ao negro foi concedido um lugar na humanidade (...) subindo na consideração geral e fazendo parte integrante da população da república, deixando de ser uma coisa para ser um cidadão”. A abolição e a república haviam aberto portas para os negros, prova disto seria a presença de negros ilustres nas ciências, nas letras, nas artes, no magistério, na medicina, na advocacia, na literatura e no comércio. Faltava apenas um lugar: o Congresso Nacional. Por isso, é que, em 1909, de norte a sul da república havia ligas, clubes e associações onde indivíduos negros se agremiavam regularmente, convergindo “esforços para a formação de um forte partido político, chefiado pelo deputado negro, e por ele terçando as armas.” A luta por um lugar no parlamento seria a origem do prestígio de Monteiro Lopes em todos os estados da república.

Para o autor do texto acima citado, a formação desse partido não era uma questão de sentimentalismo em torno de um grupo social sofredor, mas um processo de evolução natural, no qual uma grande parte da população exigia o cumprimento da lei e o lugar que lhe pertencia de direito na representação nacional, sem “distinções de pigmento”.

Ao argumento dominante de que seria vergonhoso diante dos países ditos civilizados ter um representante negro no Congresso, o jornalista respondeu dizendo que a França — a mais republicana de todas as repúblicas — não hesitou em reconhecer o representante das Antilhas Francesas, o Sr. Legitimus “(...), que soube impor-se à consideração dos seus pares.” Se a França, modelo de civilização, acolheu um negro em seu parlamento, por que o Brasil deveria excluir Monteiro Lopes? Esbulhar-lhe a cadeira “poderia provocar uma conflagração dos homens de

¹²⁸ Ver Álvaro do NASCIMENTO. *Op. Cit.* p. 308.

cor”, alertava.¹²⁹ O medo de que a política e a nação fossem racializados e conflitos raciais explodissem rondava as páginas dos jornais da capital da república.

No dia 14 de março, por exemplo, foi publicada no *Jornal do Brasil* uma carta de Carlos de Laet, cujo objetivo seria colaborar para a “boa gestão da república”. Disse Laet, que a eleição de Monteiro Lopes poderia ter surpreendido a todos, mas não a ele, que acompanhava sua crescente popularidade. Comentou que ouvia por toda cidade e “na alma encantadora das ruas (...) os ecos da boa fama” de Monteiro Lopes.

Assim, listou algumas questões que achava urgente de serem tratadas na Câmara, como a defesa do patriotismo financeiro e a melhoria da instrução pública. Para Laet, era com isso que Monteiro Lopes deveria se ocupar como deputado e não com a “questão de cores ou raças, tão antipáticas aos bons brasileiros.” A idéia de formar “centros etiópicos”, por exemplo, deveria ser posta de lado, pois lhe parecia uma espécie de racismo às avessas. Estes centros, segundo o autor, provocariam a imposição de “dificuldades aos brancos, em cujos centros caucásicos logo se quisera inscrever tudo quanto não fosse preto. O melhor é não falar em tal”. Afinal, desde os tempos da expulsão dos holandeses, os brasileiros se congregarão sob a mesma bandeira na luta pela pátria. Portanto, “o negrume dos ódios injustificados” deveriam ser silenciados.¹³⁰ Isso, porém, era exatamente o contrário da estratégia de Monteiro Lopes e de seus partidários, que expuseram publicamente as discriminações raciais a que estariam sendo submetidos.

As expectativas eram grandes. A imprensa publicou notas e alimentou a polêmica durante os meses de fevereiro, março e abril de 1909, tratando dos boatos, da apuração dos votos, da entrega de documentos comprobatórios, da contestação e do reconhecimento final do diploma de Monteiro Lopes.

Iniciados os trabalhos, os rumores de que haveria duas contestações do diploma de Monteiro Lopes, com o fim de dar sua cadeira a Serzedelo Correia, se espalharam pelos corredores da Câmara.¹³¹ No dia 18 de abril a Junta Apuradora divulgou a lista de deputados a serem legalmente diplomados, entre eles estava o nome de Monteiro Lopes.¹³²

Dois dias depois, sabendo que poderia haver contestações contra si, Monteiro Lopes inscreveu-se na comissão de inquérito que verificaria as eleições de Minas Gerais — terra natal

¹²⁹ *Correio da Manhã*, 04/03/1909.

¹³⁰ *Jornal do Brasil*. Carlos de LAET. Carta Política, 14/03/1909.

¹³¹ *A tribuna*, 26/04/1909 e 28/04/1909; *Correio da Manhã*, 29/04/1909; *Gazeta da Tarde*, 29/04/1909.

¹³² *Anais da Câmara dos Deputados, 1909-1910*. p. 20.

do presidente Afonso Pena. Carlos Peixoto abria as cédulas e ia nomeando as comissões. Ao ver o nome de Monteiro Lopes justamente na comissão que legitimaria os deputados por Minas Gerais, riu e, em seguida, leu-o em voz alta. Ouviu-se uma gargalhada geral no plenário. Afinal, tributavam a Afonso Pena o plano de exclusão do deputado negro, que agora iria julgar as eleições do Estado no qual o presidente tinha especial interesse. Monteiro Lopes também riu.¹³³

No dia 20 a Junta diplomou os cinco candidatos mais votados do 1º distrito da Capital Federal. Monteiro Lopes ficou em quarto lugar com 2.164 votos.¹³⁴ Neste mesmo dia, o sexto e oitavo colocados nas eleições, Dr. Nicanor do Nascimento e o Coronel Figueiredo Rocha declararam querer contestar o diploma de Monteiro Lopes e, receberam quatro dias de prazo para apresentar a contestação formal. Nela, afirmaram que Monteiro Lopes era inelegível, pois muitos dos votos que lhe garantiram a vitória seriam fraudulentos. Acusaram que alguns cidadãos teriam votado com títulos de outros; que a distribuição de segundas vias de títulos teria sido feita de maneira irregular; que teria havido falsificação de nomes; que haveria cédulas sem as devidas assinaturas dos mesários; que algumas mesas de votação teriam sido instaladas fora do horário determinado; que teria havido eleitores votando fora de suas seções, entre outras.¹³⁵

No dia 21, depois de analisada pela Comissão, a contestação foi lida por seu autor. No salão circulavam admiradores de Monteiro Lopes, negros como ele e bem trajados como ele. Nicanor do Nascimento iniciou seu discurso alegando que foi movido a provar que a eleição de Monteiro Lopes era uma fraude pela “conformidade honesta de pensares com presidente da república”. Ouviram-se gritos dos populares: “chaleira!...”¹³⁶. Seguiu em frente afirmando que não desejava que pensassem que sua contestação relacionava-se à “cor preta” do deputado. Isso seria ridículo “em uma pátria libertada, onde jamais floresceu o preconceito de raças – tão mescladas elas vão! — e para mim usá-lo desafiaria mais o acentuado ludíbrio, sendo eu um evidente e confessado mestiço, apenas quarteirão.” Para ele, a questão tinha sido desviada e o que importava era a veracidade do pleito. Não era por ser “etiópico” que Monteiro Lopes não poderia ter seus votos examinados e seu diploma repellido. Depois da apologia à suposta harmonia racial brasileira, exaltou Monteiro Lopes — um “negro” que teria emergido “da baixada obscura, onde

¹³³ José VIEIRA. *Op. Cit.* p. 61.

¹³⁴ Do 1º distrito da capital federal, Irineu Machado foi o mais votado, com 4.994 votos. O quinto e último obteve 1.766. O que nos dá a dimensão da quantidade reduzida de eleitores na capital, que na época contava com cerca de 1 milhão de habitantes. *Correio da Manhã*, 08/03/1909.

¹³⁵ *Anais da Câmara dos Deputados*, 1909-1910. p. 108

¹³⁶ José VIEIRA. *Op. Cit.* p. 76. O termo chaleira equivale em significado que conferimos atualmente às expressões puxa-saco e bajulador.

param os desconhecidos, às maiores culminâncias da vida pública” — e José do Patrocínio, a fim de provar que não era pela cor ou pela raça que se opunha ao deputado, mas pela prevalência da verdade.¹³⁷

Terminado o prazo, a Comissão reuniu-se com os contestadores para avaliar os fundamentos das suas contestações. Monteiro Lopes antecipou-se ao prazo que lhe fora dado para sua defesa e apresentou, imediatamente, sua resposta à Comissão, que, depois de estudar todos os documentos, respondeu a cada um dos fundamentos, contestando todos. Em 30 de abril o parecer final foi divulgado: a eleição de Monteiro Lopes foi ratificada. Ele estava livre da degola.

No dia 1º de maio o deputado João de Siqueira pediu a palavra para dar boas vindas aos deputados do 1º distrito da capital. Disse que naquele dia a Câmara abria sua “porta larga” para dar entrada aos novos deputados, confirmando o pensamento daqueles que, como ele, sacrificaram-se pelo 15 de novembro, cujo principal fim era alcançar a liberdade sem distinções de raça, de religião e de cor. Terminou seu discurso ao som de gritos de “Muito bem! Muito bem!”¹³⁸

Em seguida, o parecer foi votado e aprovado: Monteiro Lopes foi finalmente reconhecido como deputado federal. Das galerias cheias da Câmara recebeu ruidosas manifestações: houve chuva de flores e pombas brancas foram soltas no recinto. Foi muito abraçado e comemorou com seus admiradores ali presentes.¹³⁹ As instituições que o apoiaram agora o felicitavam em telegramas pelos jornais.¹⁴⁰

Mas, já no dia seguinte, alguns órgãos da imprensa passaram a fazer troça da presença de negros, tal qual Monteiro Lopes no parlamento, pois não admitiam que houvesse uma representação política racializada, tampouco aceitavam a vitória e o prestígio conquistados por pelo “deputado negro”. Mais uma vez, encontramos o argumento de que no Brasil não havia racismo, prova disso seria a enorme mestiçagem que nos acompanhava desde os tempos coloniais. Se tão misturados, não deveria haver (ou não teria como haver) raças em separado. Iniciativas como a de Monteiro Lopes em mobilizar negros pela eleição de negros foram encaradas por seus opositores como perigosas, pois poderiam provocar ódios e divisões raciais.

¹³⁷ *Anais da Câmara dos Deputados*, 1909-1910, p.111-112.

¹³⁸ *Idem*, p. 243.

¹³⁹ *Gazeta de Notícias*, 02/05/1909.

¹⁴⁰ *A opinião pública*, 04/05/1909; *Commercio de Campinas*, 04/04/1909; *Gazeta de Notícias*, 19/04/1909.

Na ocasião das eleições para o Conselho Municipal do Distrito Federal em 1909, por exemplo, Monteiro Lopes estava empenhado na candidatura de Ezequiel de Souza, também negro. Ezequiel foi eleito e a *Fon Fon* fez graça com a ampliação da presença de negros na política carioca:

Houve ontem um samba onça na sede da Sociedade União dos Homens de Cor na Gambôa. O bairro ficou tão alarmado com a festa que se prolongou até a hora em que os galos cantam, a polícia acorda e os guardas noturnos vão continuar a dormir. Indagado pelos moradores da vizinhança o motivo de tão barulhenta e desabusada alegria, foi saber que se tratava da inauguração (...) dos retratos em corpo inteiro (...) dos Srs. Francisco Glicério e Índio do Brasil do Senado, Monteiro Lopes da Câmara dos Deputados e Ezequiel de Souza, recentemente eleito para o Conselho Municipal. Por ocasião da ceia, o orador oficial da União terminou assim suas palavras: — Agora colegas, só farta o Supremo Tribuná.¹⁴¹

A estratégia de Monteiro Lopes de fazer com que negros ocupassem cargos públicos importantes, foi recorrentemente deslegitimada na imprensa, o que não o fez, como vimos, introjetar estereótipos de inferioridade nem sucumbir às variadas barreiras que lhe impuseram pelo caminho.

Mas, embora tenha recebido apoio de várias instituições, grupos e pessoas, Monteiro Lopes também enfrentou oposição, inclusive de operários negros. A mobilização em prol de sua candidatura foi ampla, mas fruto da ação de alguns núcleos organizados, como aconteceu em Campinas, Santa Maria, Porto Alegre, Bagé, Pelotas e no Rio, entre outras cidades. Naquele momento não havia certamente uma unanimidade nacional consolidada de idéias e propósitos entre a população negra. E, muito menos, entre os operários.

No jornal da *Confederação Operária Brasileira*, um operário negro e anarquista que assinava P.R. acusava Monteiro Lopes de exploração dos “homens de sua raça e do operariado do Brasil.” Exploração porque teria usado essas duas classes para promover sua ambição: uma cadeira na Câmara — “hoje cáldo ninho de parasitismo oficial.” Deixou claro que Monteiro Lopes tinha o mesmo direito que “vermelhos, amarelos, brancos e incolores” de ocupar uma cadeira no Parlamento, como ao povo também assistia o direito de “despejá-los pelas janelas do velho edifício”. O mais interessante, porém, é que o autor usou contra Monteiro Lopes o mesmo argumento que seus opositores (brancos e partidários dos arranjos oligárquicos): acusou-o de levantar um preconceito quase extinto no país. Segundo o operário, “os negros conscientes” não deram importância ao chamado de Monteiro Lopes — “político burguês” —, pois o que lhes

¹⁴¹ *Fon Fon*. Enquanto a política esfrega um olho... , 27/11/1909.

interessava era a extinção do governo e do parlamento. Não queriam as supostas migalhas politiqueras do Estado que Monteiro Lopes lhes prometia. A prova maior de quem o deputado seria na verdade era o fato de ter matriculado seu único filho no Colégio Militar, para que ali supostamente aprendesse a “a forma mais aperfeiçoada de assassinar seus semelhantes, principalmente os operários quando vieram para rua reclamar os seus direitos. Em compensação”, finalizou P. R. com ironia, “(...) devido à habilidade política do seu progenitor, é de esperar que em breve tenha o Brasil um general negro. Muito lucrará com isto o operariado...”¹⁴²

O tipo de prática política reformista da qual Monteiro Lopes compartilhava certamente era incompatível com a inclinação anarquista do jornal *A voz do trabalhador*. A crítica, que buscava atingir Monteiro Lopes em sua vida pessoal, inclusive, se tornava ainda mais contundente por vir da pena de um operário negro.

Depois de Monteiro Lopes ter conquistado o diploma de deputado, o mesmo militante voltou à carga. Desta vez fez menção a uma reunião realizada por Monteiro Lopes com operários do subúrbio em junho de 1909, na qual teria empenhado sua palavra na defesa dos interesses dos operários na Câmara. No entanto, o que para Monteiro Lopes e seus admiradores significava a defesa dos interesses do operariado, para o militante negro e anarquista eram promessas vazias. Os “crédulos operários”, que votaram em Monteiro Lopes e em “monstros charlatões como ele”, deveriam esperar sentados pela aprovação dessas leis, que se aprovadas, jamais seriam cumpridas. Propostas por políticos “brancos ou pretos”, dizia o militante, de nada adiantariam.¹⁴³

De certo, não deveria ser fácil lidar com tantas críticas e juízos negativos (quase sempre racistas), que provavelmente atingiam-no também em outros espaços e ocasiões, pelo menos desde os tempos do Conselho Municipal. Por várias vezes saíram notas na *Careta* e na *Fon Fon* de supostas reclamações do próprio deputado, de amigos seus e de leitores sobre esse tipo de referência de “mau gosto” a ele. As supostas reclamações, é claro, foram tratadas com sarcasmo:

- Ora, vocês humoristas porque não deixam sossegado o Monteiro Lopes — dizia um amigo do deputado carioca a um escrivinhador dos semanários alegres.
- Como deixá-lo sossegado, Monteiro Lopes é uma mina...
- Um mina você quer dizer. (...) ¹⁴⁴

¹⁴² *A voz do trabalhador*, 17/05/1909.

¹⁴³ *A voz do trabalhador*, 15/06/1909.

¹⁴⁴ *Fon Fon*, 11/09/1909.

Parece mesmo que as pilhérias racistas e todas as acusações públicas desagradavam a Monteiro Lopes em demasia. Em uma carta que enviou ao presidente do CEML, Rodolpho Xavier, agradecendo o apoio e o envio do periódico da instituição, o deputado confessou que ainda não tinha se recuperado dos impedimentos que enfrentou para ser empossado.¹⁴⁵ Talvez por isso mesmo, tenha planejado desfrutar tão intensamente do prestígio alcançado com a sua diplomação. Era hora de comemorar, enfim, a chegada, pela porta da frente do primeiro “líder negro” à Câmara dos Deputados sob o regime republicano.

¹⁴⁵ Rodolpho Xavier. Uma oportunidade. *A alvorada*, 06/03/1932.

4. Uma “desabusada alegria”

Logo após sua diplomação definitiva, em agradecimento ao apoio recebido, Monteiro Lopes visitou órgãos da imprensa e divulgou que viajaria a cada cidade de onde recebeu apoio para confraternizar com seus admiradores. Contudo, antes de partir, era preciso comemorar na capital federal. O deputado decidiu, então, unir em uma só comemoração dois acontecimentos: o aniversário da abolição e a sua posse. Monteiro Lopes compreendeu a sua diplomação, depois de intensa e inesperada mobilização, como parte daquele movimento pela liberdade dos negros iniciado ainda no século XIX, que culminou no dia 13 de maio de 1888. Creio que tenha se esforçado muito para que a sociedade também percebesse os acontecimentos associados dessa forma. Unir a abolição e sua posse em uma só comemoração era estabelecer seu lugar na história da luta liberdade pela liberdade no Brasil.

Os jornais anunciavam que naquele ano a abolição seria “dignamente comemorada”. A intenção era comemorar e afirmar que todos eram iguais depois da abolição e da república e a eleição de Monteiro Lopes era a prova cabal disso. Depois desta conquista eleitoral, era preciso assegurar que os negros poderiam de fato ocupar os mesmos espaços que os brancos, inclusive no Parlamento. Junto com uma Comissão, Monteiro Lopes tomou a iniciativa de organizar essas comemorações. Assim, começaram os trabalhos enviando um telegrama aos operários mineiros solicitando que organizassem uma romaria ao túmulo de João Pinheiro, grande republicano e abolicionista.

No Rio, a *Liga da Educação Cívica* organizou uma apresentação do afamado músico negro Eduardo das Neves, na qual executou suas canções e modinhas ao violão e ao piano e recitou poesia “Lucia, a escrava”, de Castro Alves.¹⁴⁶ As casas Rosenvald, Flora e Bogary mandaram colocar flores no túmulo de José do Patrocínio. O ministro da Marinha cedeu duas bandas de música para o evento, assim como os Bombeiros e o Exército; a *Light* cedeu os bondes gratuitamente. Todos os edifícios públicos foram iluminados especialmente para a data. Os comandantes dos navios de guerra leram aos seus subordinados “patrióticas ordens, comemorando a lei que (...) igualou todos os brasileiros”. Nos cinematógrafos da cidade e dos subúrbios foram exibidas fitas “de apoteose à grande data, apresentando diversos retratos de

¹⁴⁶ *Gazeta de Notícias*, 13/05/1909.

heróis abolicionistas.” No parque da Praça da República festas escolares homenagearam a Lei Áurea.

Nas igrejas da Glória, São José, Candelária e N. S. do Rosário e S. Benedito aconteceram missas pelos abolicionistas mortos. As irmandades do Rosário, Santa Ifigênia e Santo Elesbão celebraram missa em ação de graças na Igreja do Rosário pelo feliz resultado da eleição de Monteiro Lopes. Na porta da casa de João Alfredo (presidente do conselho que promulgou a Lei Áurea) duas bandas de música tocaram a alvorada.

Na Câmara dos Deputados houve uma sessão solene para comemorar o 13 de maio, “sendo cumprimentado o Dr. Monteiro Lopes.” O orador oficial do evento, Dr. Sabino dos Santos, falou e “concluiu dizendo que a entrada do Dr. Monteiro Lopes para o Parlamento Brasileiro era uma afirmação de que o preto através do desenvolvimento do Brasil aparece sempre como elemento de força e de civismo em todos os poderes da pátria.”¹⁴⁷ Sabino jogou para longe todos os estigmas e fantasmas da escravidão, aproximando, a partir do exemplo de Monteiro Lopes, os negros do progresso, da nacionalidade e do civismo — valores dominantes.

E, sob a supervisão de próprio Monteiro Lopes, organizou-se a maior das comemorações previstas: uma romaria ao túmulo de José do Patrocínio no Cemitério do Caju. A festa foi grande e a alegria enorme.

Os bondes com os romeiros e as bandas de música partiram às 14 horas da Praça Tiradentes. A *Gazeta de Notícias* registrou a presença de várias pessoas, entre elas a do Sr. Israel dos Santos, “o decano da abolição”. Também compareceram a União dos estivadores e dos trabalhadores do café, os foguistas da Estrada de Ferro Central do Brasil, as irmandades de N. S. do Rosário e Santa Ifigênia. Lá chegando, Monteiro Lopes discursou, exaltando o “herói do 13 de maio”, o “defensor dos fracos e oprimidos”. Lembrou também que ele próprio, em procissão, carregou o caixão “do grande mestre, dos subúrbios para o centro da cidade, a fim de que o povo se despedisse.” Assim como Monteiro Lopes afirmou sobre si próprio, José do Patrocínio era outro que deveria entrar para o panteão de negros ilustres da história nacional.

De forma quase teatral, Monteiro Lopes jurou sob o túmulo de José do Patrocínio, que como deputado eleito pelo voto popular, resguardaria a sua memória, “defendendo a sua raça fraca e oprimida diante dos insubmissos que ainda não compreenderam que a lei de 13 de maio de 1888 firmou a igualdade dos brasileiros.” A sua eleição e reconhecimento, enfatizou, era uma

¹⁴⁷ *Jornal do Brasil*, 14/05/1909.

conseqüência do trabalho de José do Patrocínio, que se elegeu intendente, mostrando ao país a vitória definitiva do 13 de maio. Com a entrada de Monteiro Lopes para a Câmara essa vitória se irradiava “em todas as camadas sociais”, já que tivera como adversário o Sr. conselheiro Andrade Figueiredo — um grande “escravagista” que manteve suas convicções até o dia da abolição. Monteiro Lopes, então, festejava “a suprema glória” de ter dado combate ao “último reduto do escravagista”. Durante o discurso, foi interrompido diversas vezes por aplausos, terminando sua fala defendendo a construção de uma estátua em homenagem a José do Patrocínio. Ao final, deu vivas à república, que, segundo ele, buscou o seu próprio “nascimento no ocaso do sol de 13 de maio!” Foi calorosamente saudado.

Logo depois, Sampaio Ferraz foi aclamado pelos romeiros, mas não estava presente. Lopes Trovão também discursou, afirmando aos ouvintes que assistia “desolado e triste” aos rumos que a república tomava ao “perseguir o povo e confiscar os seus direitos.” Não seria aquela a república pela qual ele e Monteiro Lopes haviam lutado em seus comícios. Trovão alertou que a entrada de Monteiro Lopes pelo voto na Câmara não significava a realização plena dos princípios democráticos defendidos por ele e por José do Patrocínio. Havia muito a fazer, pois se a lei de 13 de maio igualou os brasileiros em seus direitos e a república deu as garantias constitucionais, isso ainda não tinha sido realizado na prática. E não havia nem mesmo esperanças para essa realização. Decepcionado, ratificou: “O que está aí não é república (...)”. Ao fim do discurso, Lopes Trovão “foi delirantemente aplaudido”. Seguiu-se a programação e foi a vez do professor Rego Medeiros discursar. Apelando para o simbolismo do movimento abolicionista apareceu com uma palma de samambaia e camélias brancas nas mãos, lembrou que a eleição de Monteiro Lopes “era um dos maiores triunfos conquistados pela lei de 13 de maio (...)”. Por isso, não se podia aceitar que, depois da abolição, a república viesse estabelecer distinção “de classe e de cores”, afinal todos os brasileiros tinham sangue africano nas veias e, por isso mesmo, louvava José do Patrocínio e sua obra, que haviam tido como conseqüência inevitável a entrada de Monteiro Lopes no Parlamento. Ouviram-se muitas palmas. O último a falar foi o Sr. Israel dos Santos Júnior, em nome das irmandades de N. S. do Rosário, S. Benedito e Santa Ifigênia.

Do túmulo de Patrocínio os romeiros se dirigiram para o do Marechal Deodoro da Fonseca, cuja lápide depositou flores e onde foi o único a discursar.¹⁴⁸ Não houve aplausos e comoções. O proclamador oficial da república não gozava de tanta popularidade quanto José do Patrocínio.

Entretanto, desfrutar de forma tão intensa do reconhecimento público e impondo à sociedade um lugar de destaque para si e para os “seus irmãos” tinha um preço. Quanto mais ficava em evidência, mais era atacado. Monteiro Lopes continuou recebendo ataques raciais pela imprensa — até mais agressivos que antes. O reconhecimento público conquistado era constantemente negado por pessoas que queriam lhe impor o que julgavam ser o “seu verdadeiro lugar” (e, por tabela, o dos negros em geral) naquela sociedade.

Na *Gazeta da tarde* do dia 15 de maio de 1909, um autor anônimo dirigiu um longo texto a Monteiro Lopes. Começou acentuando a retórica empolada e arrevesada do deputado, afirmando que, na verdade, ninguém levava a sério aquele não passava de negro insolente, segundo seu juízo racista:

Pretinho audaz e sem escrúpulos, escalando a vida através dessa audácia e dessa ausência de escrúpulos, diz o que lhe parece, como os direitos cômicos que lhe confere a sua ignorância, sem que ninguém lhe preste a atenção. Considerado figura decorativa da política carioca e cabeça de turco das seções humorísticas da imprensa, **a gente deixa-o** dizer o que entende, justamente porque ele não entende de coisa alguma.¹⁴⁹ (grifos meus)

O autor retirou, assim, toda a legitimidade do lugar ocupado por Monteiro Lopes, reafirmando hierarquias e relações de submissão, como se o deputado e seus admiradores, por serem negros, precisassem do aval de alguém para expressar-se. As comemorações do dia anterior pareceram-lhe por demais provocativas e insolentes.

O anônimo seguiu sua argumentação utilizando termos como “audaz, cretino, cínico” para se dirigir ao deputado recém eleito, destacando que ele teria se aproveitado do nome de José do Patrocínio — “grande morto da pátria” — para se promover. Segundo ele, Monteiro Lopes teria tido uma relação apenas longínqua e cerimoniosa com Patrocínio. Por esta “insolência” Monteiro Lopes mereceria o “vergalho”.¹⁵⁰ As marcas da escravidão haviam deixado feridas abertas.

¹⁴⁸ Sobre as comemorações do 13 de maio de 1909 e as homenagens de Monteiro Lopes citadas, ver *Gazeta de Notícias, Jornal do Brasil* e *O malho* entre os dias 13 e 15 de maio de 1909.

¹⁴⁹ *Gazeta da Tarde*. Ecos do dia, 14/05/1909.

¹⁵⁰ *Idem*.

Exprimindo opinião diferente, alguns jornais de outras partes do país publicaram homenagens ao dia da abolição e à posse de Monteiro Lopes, o que certamente dotava-o de forças para não esmorecer. O jornal *O Commercio de Campinas* publicou um artigo do jornalista negro Benedito Florêncio¹⁵¹, comemorando o fato de que vinte e um anos depois da abolição o primeiro negro entrava triunfante “pela porta larga da democracia republicana” para a representação nacional. Para Florêncio, Monteiro Lopes galgava, através da “escadaria branca” da Câmara, uma “brilhante posição política”. Republicano histórico, havia lutado pela instauração do novo regime e, naquele momento, era o mais digno representante “da raça redimida”.

Essa consagração teria sido fruto do sofrimento, do esforço e do trabalho de todos os africanos e seus descendentes que tinham vivido e viviam no Brasil — “heróis” que teriam edificado “a grandeza decantada deste país fabuloso”. Libertos da violência da escravidão, disse Florêncio, os negros começaram a buscar a “educação social” e a “civilizar-se a passos de gigante e em vez de aumentarem as estatísticas criminais (...) se acotovelam nos bancos das escolas.”¹⁵²

Mais uma vez vemos intelectuais e militantes negros esforçando-se para livrar-se de estigmas e estereótipos do tempo da escravidão — muitos dos quais foram legitimados pelo discurso cientificista — e afirmar seu lugar de destaque naquela nação que, sob muitos aspectos, relutava em incluí-los.

Mas ainda havia muito que o comemorar. Como havia divulgado, Monteiro Lopes partiria em viagem para agradecer o apoio a sua diplomação. E, assim o fez em julho de 1909 e entre janeiro e abril de 1910 e foi criticado na imprensa por ter se ausentado da Câmara, como na charge abaixo:

¹⁵¹ Benedito Florêncio, junto com Lino Guedes e Gervásio de Moraes, fundou, em Campinas, no ano de 1923 o jornal *Getulino*. Segundo informações de Petrônio Domingues, o nome do periódico “era uma alusão ao apelido de Luís Gama, o grande dirigente abolicionista. Foi o primeiro jornal a conchamar pela “emancipação completa” dos negros no Brasil e circulava com tiragem semanal de 1.500 exemplares. Eram tiragens significativas para a época”. Ver Petrônio DOMINGUES. Consciência de cor. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, nº 11, agosto de 2006.

¹⁵² *O Commercio de Campinas*, 13/05/1909.



Fig. 4 - Charge de Leo, O malho, 03/09/1910.

Na primeira viagem, visitou Campinas e cidades vizinhas, São Paulo e a região norte e nordeste. Depois de um tempo foi ao Sul do país, a Buenos Aires e a Montevideú. Durante sua passagem por esses locais, recebeu muitos telegramas de cidades próximas e do interior, felicitando-o.

Uma das primeiras paradas foi Campinas. No dia 19 de julho a notícia de sua chegada levou à estação de trem “grande massa popular”. Para lá se dirigiu o pessoal do *Colégio São Benedito* com seu estandarte, as comissões das sociedades *União da Juventude*, *Federação Paulista dos Homens de Cor*, *Grêmio Monteiro Lopes* e *Estrela do Norte* e “representantes de todas as classes”. Também estava à espera do deputado a banda musical *União Campineira*. Às 12 horas e 45 minutos Monteiro Lopes desceu da locomotiva sendo “entusiasticamente recebido, em meio a ruidosas aclamações, flores e vivas à república, a Rui Barbosa e ao povo campineiro.”

Um aluno do *Colégio São Benedito* saudou-o como “homem de cor” em nome da *Federação dos Homens de Cor*, com sede em Campinas. O mesmo aluno discursou afirmando que a escravidão havia mantido o “povo negro” na “barbaria, na ignorância, na idolatria, na infâmia e na miséria”. A liberdade, uma inspiração européia, é que teria trazido ao Brasil os “impulsos de civilização” e os negros estariam acompanhando de perto o progresso do país. Portanto, os ideais dominantes de civilização e progresso foram valorizados no contexto da mobilização pela posse de Monteiro Lopes, que simbolizaria a materialização desses ideais. Sua eleição teria mostrado à opinião pública nacional “que a capacidade do homem negro existe”, fazendo sentir a democracia brasileira. Afinal, argumentou o “deputado negro”, um povo que teria sofrido, guerreado e se sacrificado para o engrandecimento da pátria não poderia ficar no abandono e cair no esquecimento.

Ao término do discurso formou-se um “imponente préstito, composto dos alunos do Colégio, em número de 520, (...) e mais 10 carros de praça, conduzindo convidados e associações.” Na Catedral fez-se uma parada e Monteiro Lopes rezou, seguindo para o Colégio, onde foi recebido com flores e aclamações e ficou hospedado. No teatro da instituição mais de 2 mil pessoas o aguardavam. Foi ovacionado. Depois, houve um lanche “regado a champagne e finíssimos vinhos,” seguido de um concerto musical e um banquete foi oferecido pela Federação. Até a meia-noite o movimento de pessoas visitando o deputado teria sido enorme. Tanto Monteiro Lopes quanto Benedito Florêncio fizeram diversos discursos noite afora.

No dia seguinte, o deputado visitou a *Beneficência Portuguesa*, redações de jornais e várias escolas. Acompanhado por Florêncio e outros membros da Federação, assistiu a aulas e visitou José Pereira Rebouças,¹⁵³ entre outras personalidades importantes da região. Voltando ao Colégio, recebeu a visita do prefeito de Campinas, Orozimbo Maia.¹⁵⁴

Logo em seguida, Benedito Florêncio ofereceu uma mesa de doces a Monteiro Lopes em sua casa, ocasião em que foi muito saudado. À noite, realizou-se na sede social da Federação “uma grande reunião popular” para vê-lo e ouvi-lo. Infelizmente, o jornal não fez comentários sobre o conteúdo dos discursos feitos nesta ocasião.

¹⁵³ Nascido em 17/07/1856, José Pereira Rebouças era o irmão mais novo do engenheiro André Rebouças, ambos filhos de Antônio Pereira Rebouças e de Carolina Pinto.

¹⁵⁴ Nascido em Campinas em 1862, foi vereador e prefeito da sua cidade. Rico fazendeiro, Orozimbo tinha várias propriedades entre Vinhedo e Campinas. Faleceu em 1939. Ver Rafael Mila BUENO. *Campinas era assim*. Campinas, Editora Palavra Muda, 1988.

No último dia de sua visita, ainda teve tempo de ir a *Santa Casa de Misericórdia* e encontrar “o velho abolicionista Sampaio Peixoto”. Houve ainda um banquete de despedida, com direito a mais discursos. Vale destacar a preocupação dos organizadores de que recepção e as festas para Monteiro Lopes se dessem dentro dos maiores padrões de civilização, ordem e elegância, ganhando destaque nos jornais o desfrute de bebidas finas e aposentos luxuosos.¹⁵⁵

O jornal deu ênfase, ainda, a um grupo especial de admiradores do deputado: inúmeras “(...) pessoas de cor preta, principalmente velhas e velhos, e alguns abolicionistas (...)” que “(...) choraram ao abraçar Monteiro Lopes (...)” A entrada de um negro no parlamento e na “roda da política nacional” significou, para essas pessoas, o reconhecimento público da importância e da capacidade dos negros, além de abrir novas possibilidades de ascensão social e participação na sociedade.

No dia da partida, outro préstito acompanhou o deputado até a estação, onde “havia muito povo”. Monteiro Lopes partia para Jundiaí e São Paulo, voltando em seguida para o Rio.

Todas essas manifestações públicas de apreço a Monteiro Lopes, além de evidenciarem a intensidade com que ele desfrutou do prestígio conquistado, significou uma demonstração de união e força importante para os grupos de negros e operários liderados por Benedito Florêncio, organizados em torno do *Colégio São Benedito* e da *Federação dos Homens de Cor*.

Na visita a Pelotas, Porto Alegre e cidades vizinhas, Monteiro Lopes também foi calorosamente recebido. No dia 16 de janeiro, chegando a Pelotas, encontrou uma recepção preparada pelo *Centro Etiópico Monteiro Lopes*. Na estação o aguardavam três bandas de música, diversas sociedades com seus estandartes e “bastante povo”. Foi “muito vivado”, houve vários discursos e seguiram todos em préstito até o Hotel Brasil, onde o deputado hospedou-se, depois de ser discriminado no Hotel Grindlh. Como havia uma grande aglomeração diante do Hotel Brasil, da janela discursou e agradeceu as manifestações. Passeou pelas ruas, visitou clubes, compareceu a jantares, até que, à noite, um novo préstito saiu da *Sociedade Flores do Paraíso* e foi ao Hotel buscá-lo para assistir a uma sessão solene na sede na *Liga Operária*, com a presença dos membros do *CEML*. Várias pessoas discursaram, incluindo Monteiro Lopes, que agradeceu e pregou “a instrução e a fraternidade (...), vivendo o glorioso Rio Grande do Sul, o seu povo e a república. Ao fim da sessão solene foram oferecidos doces e bebidas aos presentes. Logo depois, outros discursos foram proferidos e o *CEML* ofereceu ao deputado um “rico alfinete de gravata”,

¹⁵⁵ *Commercio de Campinas*, 21/07/1909.

feito em ouro e com um brilhante no centro. Já eram 11 horas da noite e Monteiro Lopes ainda cumpria sua extensa agenda: visitou a *Sociedade Satélites do Progresso*, sendo recebido com champanhe e mais presentes. Muito feliz, agradeceu comovido as homenagens. Pela noite afora se seguiram bailes e festas pela cidade em homenagem ao deputado. No dia seguinte, Monteiro Lopes fez e retribuiu várias visitas. À tarde pegou o trem rumo a Porto Alegre.¹⁵⁶

Chegou à capital do estado no fim da madrugada do dia 21 de janeiro. Foi recebido, entre “vivas entusiásticos e prolongada salva de palmas (...)”, por uma “massa compacta”, pela Comissão Especial de Recepção, jornalistas e banda de música. Seguiram-se lanches, saudações e discursos. Formou-se, então, um extenso préstito que levou o deputado ao Grande Hotel. Ali chegando foi “insistentemente aclamado” e acabou discursando novamente. E o mais interessante é que alguns jornais como o *Correio do Povo*, de Porto Alegre e *A opinião pública*, de Pelotas, reproduziram esse discurso, o que nos dá uma idéia dos temas tratados com seus admiradores durante a viagem.¹⁵⁷

Em um desses discursos feitos em Porto Alegre Monteiro Lopes agradeceu a eloqüente forma com que foi recebido no Rio Grande do Sul, o que seria muito significativo “diante do desanimo que domina todas as classes sociais.” Lembrou ainda que fora daquele estado que recebeu as mais vibrantes manifestações “contra o esbulho que se pretendia fazer ao seu diploma de deputado federal pela capital da república”. Declarou ser “homem de trabalho, acostumado às lutas políticas, confiando sempre na vitória dos princípios republicanos” e, por isso mesmo, sempre teria acreditado que a “Câmara Republicana” jamais desrespeitaria “o mandato que lhe fora outorgado por um eleitorado livre e independente.” Repetiu que havia sido eleito pelo voto daqueles que reconheceram seus méritos e os serviços prestados à república. O que importava, portanto, não era a cor ou a classe, mas os méritos. Por isso mesmo, foi veemente em dizer que não estava subordinado a ninguém, senão a sua consciência.

Disse ainda à pequena multidão que acreditava “que o negro não deve envergonhar-se de ser negro e que o mulato deve estar sempre ao lado deste.” Afinal, argumentou, no Brasil não deveria haver “preconceito de cor” pelo motivo de haver aqui uma vasta mestiçagem. A principal estratégia dos negros contra a discriminação seria “instruir e educar seus filhos porque necessariamente eles ocuparão as mais altas posições no Brasil, pois a Constituição em seu artigo

¹⁵⁶ *A opinião pública*, 17/01/1910.

¹⁵⁷ Ver *Correio do Povo*, 22/01/1910; *A opinião pública*, 25/01/1910.

72, mantém a igualdade perante a lei.” Portanto, entendia o deputado que nas escolas públicas os professores não poderiam excluir “o menino pela cor”. A função do professor deveria ser educar e não estabelecer “no ânimo da criança brasileira o ódio e a distinção de raças.” Chegou a dizer que um professor que agisse assim deveria ser considerado um “criminoso”, pois autor de um “atentado maldito”. Atitudes desse tipo, defendeu, deveriam ser censuradas pela imprensa, pelo parlamento e até em comícios populares. A estratégia recomendada por Monteiro Lopes era que o “povo” que se sentisse alvo desse tipo de atentado discriminatório podia e deveria recorrer aos “poderes públicos” para acabar com tal “abuso.” Até porque, concluiu Monteiro Lopes, quando a pátria estava em perigo, ninguém se importava com a cor do soldado. O que se esperava dele era bravura e altivez na defesa da integridade do país. O deputado deu, então, vários exemplos da importante contribuição dos negros para a nação. Começou por Henrique Dias — um negro — cujo patriotismo seria maior do o de que qualquer pessoa de outra cor. Depois citou José do Patrocínio na luta pela abolição e o padre Maurício na música. Esses homens teriam mostrado superioridade diante de quaisquer brancos. Então, perguntou Monteiro Lopes aos ouvintes: “Como, pois, sermos oprimidos e envergonharmo-nos de nós mesmos?” Mais uma vez, pediu que o Rio Grande do Sul abrisse suas escolas aos negros. Antes de interromper fala em função das ovações e aplausos, ratificou: “Negros, instrui-vos, glorificai a república e amai a liberdade!” Uma prolongada salva de palmas soou.

Discursos de outras pessoas se seguiram, bem como cumprimentos e passeios pela cidade. À noite houve festa com banda de música na Praça da Caridade, préstito e sessão solene em sua honra na *Beneficência Porto alegre*. Da janela, mais uma vez discursou e agradeceu as manifestações calorosas. Ao fim do discurso uma multidão, entre vivas, conduziu-o ao Hotel, onde mais uma vez a república foi saudada.

No dia seguinte, a agenda também foi cheia: visitas ao presidente do Estado, ao fórum, ao cemitério para depositar flores no túmulo de Julio de Castilhos, à *Casa de Correição* e a vários estabelecimentos industriais. Poucos dias depois seguiu viagem para cidades do interior (Santa Maria, São Gabriel e Bagé), de onde também recebeu apoio e nas quais foi recepcionado com festa e onde fez conferências e deu entrevistas para a imprensa.

O jornal *A opinião pública* também noticiou que depois visitar Bagé Monteiro Lopes partiu, passando por Santana do Livramento — onde os “homens de cor” receberam-no

festivamente — para chegar a Buenos Aires e, depois, a Montevidéu, onde iria agradecer aos redatores do jornal *El tiempo* o interesse pelo seu reconhecimento.¹⁵⁸

Durante essas viagens Monteiro Lopes desfrutou de enorme prestígio, não só com a população não-branca, mas entre políticos, jornalistas, intelectuais e personalidades locais. Afinal, era um deputado eleito pela capital federal, centro do poder daquela república.

Como vimos, em seus discursos, ao contrário de suas intervenções na Câmara, tocou na questão racial, incentivou um “orgulho negro” e defendeu estratégias de mobilização e de combate ao racismo, de ascensão social e de maior participação na sociedade. É possível que Monteiro Lopes tenha percebido que na Câmara não havia espaço para a abordagem da questão racial e que, exposta ali, poderia ser encarada como ameaça ou como uma tentativa de fundar ódios raciais, já que esse era o argumento dominante usado contra recorrentemente ele.

Talvez se sentisse mais à vontade para falar da questão racial para “seus irmãos” e admiradores do que a seus insistentes adversários na Câmara. É difícil saber se discursos com esse mesmo teor também eram proferidos na capital federal e em que espaços. Se em suas reuniões com operários, nas irmandades religiosas e em comícios fazia discursos com esse mesmo teor, de fato, os rumores de que queriam impedir sua diplomação passam a fazer sentido, assim como as afirmações de que Monteiro Lopes representaria uma espécie de ameaça racial. Por outro lado, percebe-se que o investimento na defesa de que a promessa republicana de progresso e cidadania para todos fosse cumprida encontrou eco entre importantes grupos da população negra. Não foi à toa que nosso personagem central alcançou tamanha popularidade.

Sua luta anti-racista, se é que podemos chamar assim, era conquistar a garantia dos direitos civis e o acesso irrestrito à educação e aos cargos públicos, mas sempre dentro da ordem. E essa era possivelmente uma demanda tão latente entre população negra que foi capaz de ultrapassar as fronteiras de uma eleição na capital federal.

Como porta voz dessas expectativas, Monteiro Lopes adotou como estratégia deliberada a ruptura do silêncio a respeito do racismo e não desejou minimizar o seu peso naquela sociedade, qualificando-o publicamente como um obstáculo à sua ascensão em uma carreira pública e à dos negros em geral, representados por ele.

Logo, não estava dividido entre dois mundos, estava certo de que os negros, da mesma forma que os brancos, deveriam ter seu lugar garantido naquela nação. Um lugar que deveria ser

¹⁵⁸ *A opinião pública*, 31/01/1910.

alcançado pelos méritos de cada um, desde que tivessem as mesmas oportunidades. Os episódios de discriminação racial experimentados por Monteiro Lopes não abalaram sua crença num projeto assimilacionista e na possibilidade de ver realizada plenamente uma “democracia racial” em seu país. Morreu acreditando na saída pela integração de brancos e negros, em patamares de igualdade, na nação.

5. Na Câmara dos Deputados, a defesa dos trabalhadores

No dia 17 de julho Monteiro Lopes fez sua estréia na Câmara proferindo um discurso inflamado, no qual apelava ao plenário para a necessidade de atender às reivindicações dos trabalhadores. O memorialista José Vieira registrou que neste dia Monteiro Lopes foi alvo de gargalhadas e deboches em função do seu suposto falar arrevesado, que o fazia pronunciar com muita dificuldade os RR e não completar as palavras até o final. O mesmo deboche teria ocorrido em 9 de setembro, quando discursou contra o decreto das acumulações. Ao pronunciar suas intermináveis citações de autores estrangeiros e ao finalizar uma fala dirigida ao presidente da República teria provocado gargalhadas: “(...) Que continuasse a acatá, a indeusá a República, que foi sempre a deusa do nosso sonho.”¹⁵⁹

Tendo a acreditar que o riso do plenário, se de fato houve, deu-se em função do uso, por um negro, de referências intelectuais e modos de expressão associados aos brancos ou ao grupo dominante, o que levou muitos a considerá-lo como um sujeito fora do lugar no qual deveria estar segundo as hierarquias sócio-raciais da época. Se desde que Monteiro Lopes entrou para a vida pública ultrapassar as barreiras raciais tinha sido difícil, não menos difícil foi impor-se na Câmara e fazer uso da palavra.

A maior parte das intervenções de Monteiro Lopes na Câmara teve como objetivo propor de benefícios para diferentes classes de trabalhadores. Em 14 de agosto, por exemplo, apresentou um projeto que determinava a suspensão do regulamento 3.234 de 1899, que reduziu os vencimentos “do corpo de oficiais inferiores da Armada, brigadas de artífices, fiéis, escreventes e enfermeiros”. O projeto foi aprovado. Também se pronunciou a favor da emenda que proibia o governo de demitir trabalhadores da *Estrada de Ferro da Central do Brasil* em função da eletrificação das linhas suburbanas, manifestando o carinho que nutria por “todas as causas que interessariam ao operariado” e suas “crenças socialistas”.

Também apresentou uma emenda para aumentar dos vencimentos dos serventes da *Biblioteca Nacional*, que foi rejeitada; pediu que a Câmara registrasse um enérgico protesto contra o assassinato do livre pensador espanhol Francisco Ferrer, pelo que foi aplaudido e

¹⁵⁹ José VIEIRA. *Op. Cit.* p. 153; 182. O livro, de um modo geral, faz troças desse tipo com vários parlamentares, destacando modos de falar “inadequados” ao olhar dominante e insinuando, pejorativamente, origens africanas, matutas e iletradas.

cumprimentado; posicionou-se contra supostas violações da Constituição por parte do Presidente da República em razão de intervenções abusivas do poder central nos Estados, quando foi elogiado e apoiado; se opôs à aprovação de um tratado entre Brasil e Uruguai assinado pelo Barão do Rio Branco, que restituía ao país vizinho alguns territórios, modificando as fronteiras Brasil. Monteiro Lopes argumentou que tal tratado implicava profundas questões de direito internacional, pois mexia com a questão da soberania dos Estados. Nesse momento, o deputado gaúcho Germano Hasslocher fez um aparte, referindo-se às origens africanas de Monteiro Lopes: “ — Por via de tratados a Bélgica fez ainda agora o tratado do Congo com a Alemanha.” Sentindo-se ofendido diante dos seus pares, Monteiro Lopes respondeu impaciente:

— Devo dizer ao nobre deputado, que acaba de me apartar, que não será com o ridículo que me fará afastar da tribuna. Estou no exercício de um direito garantido pelo Regimento da casa. Ao ridículo em que V. Ex. procura envolver-me permita que eu oponha a respeitabilidade de um assunto que a Câmara vai decidir. Estamos em uma assembléia, onde o respeito e a compostura devem presidir às nossas discussões.”¹⁶⁰

A impaciência tinha explicação. Desde que os trabalhos na Câmara haviam começado Germano Hasslocher dedicava-se a ridicularizar abertamente Monteiro Lopes, algumas vezes, com claras alusões racistas. Um exemplo: enquanto o secretário de uma comissão lia um parecer, circulou pelo plenário um papel com uma suposta proposição de Monteiro Lopes: “Proponho que se inclua no regimento a seguinte disposição: — Os deputados poderão fumar durante as sessões, menos cachimbo, sendo-lhes, porém, vedado mascar... Sala das Sessões Monteiro Lopes.”¹⁶¹ A autoria da pilhéria foi atribuída a Hasslocher, que tornou a fazê-las outras vezes, sem qualquer constrangimento ou censura.¹⁶²

Em outra sessão, Monteiro Lopes pediu a palavra para referir-se a uma matéria sobre ele publicada pelo deputado Hasslocher no *Correio da Manhã*. No texto, o deputado comentou um discurso feito por Monteiro Lopes e acusou-o de citar autores que não existiam e de ter cometido imprecisões ao falar sobre as filiações teóricas de Lombroso, a quem rendeu uma homenagem póstuma. Em resposta ao que entendeu como ridicularização pública, Monteiro Lopes levou e mostrou todos os livros que citou, dizendo que responderia sobre suas supostas imprecisões teóricas depois, já que se achava doente e empenhado em uma luta eleitoral. A luta em questão era a do Conselho Municipal, da qual seu candidato saiu vitorioso: o negro Ezequiel dos Santos.

¹⁶⁰ *Anais da Câmara dos Deputados*, 1909-1910, 14/04/1910. p. 54.

¹⁶¹ José VIEIRA. *Op. Cit.* p. 198.

¹⁶² *Anais da Câmara dos Deputados*, 1909-1910, 23/10/1909.

Diante da demanda entre os dois deputados, o Presidente da Câmara, Carlos Peixoto, aproveitou para chamar a atenção de Monteiro Lopes por sua ausência no plenário: “ — Isto é que é pior. V. Ex. devia estar aqui. Já perdeu todo o seu latim”. Ao que Monteiro Lopes rebateu: — Não perdi nada. Provei que não vim aqui mistificar a Câmara. Tenho dito.” Foi apoiado por alguns colegas com gritos de “muito bem, muito bem”.¹⁶³

Em outra ocasião, ao retornar de uma viagem à região norte do país, o deputado discursou sobre os absurdos da prática do contrabando de mercadorias peruanas e de borracha boliviana na região. Apresentou, então, um projeto para a criação de uma alfândega mista e para o aumento do quadro de funcionários no local. Honório Gurgel e outros deputados insinuaram não terem certeza de Monteiro Lopes teria de fato presenciado o contrabando, como afirmara, ou se somente ouvira falar. Informaram-no que o contrabando era endêmico na região e que a Câmara já tinha outro projeto a respeito, descartando suas considerações.¹⁶⁴

Ao que tudo indica, seus discursos e propostas eram minuciosamente preparados e fundamentados. É provável que já soubesse o que iria enfrentar e, por isso, preparava-se com antecedência e muito cuidado

Assim, embora se interessasse por outras questões como fronteira, contrabando, intervenção do poder central e empréstimos públicos, as principais intervenções e propostas de Monteiro Lopes relacionavam-se à questão dos trabalhadores. Fosse a equiparação do operariado da União ao mesmo status do funcionalismo público; a crítica à exploração e ao abandono pelo Estado do operariado, sujeito à miséria e a toda sorte de acidentes; a falta de legislação sobre o trabalho no Brasil; a necessidade de criação de um ministério do trabalho; o absurdo da exploração do trabalho de menores e crianças e a situação precária em que ficavam as famílias de operários acidentados ou mortos; a concessão de aposentadorias e aumento de vencimentos para alguns trabalhadores e etc. Era preciso, argumentava, que se assegurasse aos operários os direitos garantidos na Constituição republicana, uma vez que a “república não era o regime da impunidade, da injustiça, dos privilégios e da desigualdade ...Que se garanta ao menos o direito dos que trabalham (...).¹⁶⁵ Depois desse discurso, Monteiro Lopes foi muito cumprimentado e o presidente da casa disse que “oportunamente” atenderia ao seu pedido, colocando as questões em

¹⁶³ *Idem.*

¹⁶⁴ *Anais da Câmara dos Deputados 1909-1910, 02/09/1909.*

¹⁶⁵ *Idem.* 13/09/1909. p. 285-290.

pauta e transmitindo a reivindicação ao Presidente da República. Parece que Monteiro Lopes não era levado muito a sério por seus pares na Câmara.

6. A morte e o desaparecimento historiográfico

Monteiro Lopes faleceu sem completar seu mandato, em consequência de uma doença nos rins, no dia 13 de dezembro de 1910, na cidade do Rio de Janeiro. Estava doente há uma semana e sob os cuidados de um médico da sua confiança, o Sr. Rego Barros, legista da polícia — o que gerou alguns comentários sobre as excentricidades do “deputado negro”. Depois de ter melhorado e deixado a todos tranquilos, seguiu-se uma piora repentina. Os médicos tentaram mantê-lo vivo com injeções de cânfora e cafeína, mas foi em vão. Faleceu cercado por familiares e amigos.

A notícia da morte de Monteiro Lopes surpreendeu a cidade, pois todos achavam que ele estava se recuperando. Sua última intervenção no plenário da Câmara foi no dia 25 de outubro de 1910: votou a favor da anistia dos marinheiros envolvidos na chamada Revolta da Chibata.

Os jornais destacaram que o corpo de Monteiro Lopes foi enterrado com a beca de doutor em Direito e em caixão de primeira classe. Até na hora da morte as distinções exteriores, as marcas de prestígio e ascensão social de um negro foram referidas com uma espécie de surpresa e em tom elogioso, como algo incomum.¹⁶⁶

O velório aconteceu na casa do deputado no bairro do Caju, por onde passaram muitas pessoas, entre políticos, funcionários públicos, militares, operários e etc. Segundo o *Jornal do Brasil*, “um crescido número de pessoas de todas as classes sociais” foi se despedir de Monteiro Lopes — o “grande defensor de sua raça”.¹⁶⁷ Telegramas chegavam a todo o momento e de várias partes do país.

A “grande imprensa”, por sua vez, noticiou amplamente o falecimento do deputado, citando os nomes de muitos dos que estiveram no velório, no fétero e em seu enterro no Cemitério São Francisco Xavier. Estiveram presentes todos os deputados da bancada carioca da Câmara, representantes do Senado, do Partido Democrata e do Conselho Municipal. Também Quintino Bocaiúva, J. J. Seabra, Evaristo de Moraes, Pedro Couto, Ataliba de Lara, Hemetério dos Santos, Oswaldo Aranha, Carlos Vilaça, Bulhões Marcial, vários militares e alferes, membros das capatazias da Alfândega, alunos do Colégio Militar, operários da Fábrica de Cartuchos de Realengo, bagaceiros da Estrada de Ferro Central do Brasil, operários do Engenho de Dentro, operários do serviço de prevenção à febre amarela, operários do Arsenal da Marinha,

¹⁶⁶ *Jornal do Brasil*, 15/12/1910; *Gazeta de Notícias*, 13/12/1910.

¹⁶⁷ *Jornal do Brasil*, 15/12/1910.

operários da Imprensa Nacional, membros da Irmandade de São Benedito e um provedor da Santa Casa de Misericórdia.

Todas as homenagens na Câmara dos Deputados e os obituários publicados na imprensa destacaram uma vida permeada por dificuldades financeiras, o seu esforço e determinação pessoal em lutar contra o preconceito racial e em conquistar prestígio pessoal, reconhecimento público e espaços políticos para ele e para os “seus irmãos”.

Segundo seu colega de bancada, Bettencourt da Silva Filho, a entrada de Monteiro Lopes na Câmara provou que na pátria e na república brasileiras todas as portas da administração pública e do Congresso Nacional estavam definitivamente abertas a todas as classes, raças e credos. Essa teria sido a missão do deputado falecido. Ele teria sido a prova do que poderia fazer a força de vontade e a tenacidade na conquista de ideais.

Há indícios que a memória de Monteiro Lopes permaneceu viva até, pelo menos, os anos de 1950. Além da literatura específica dos memorialistas citados ao longo deste trabalho, em 1913 foi fundado, em Pelotas, um clube de futebol com o nome do deputado, a *S. C. Monteiro Lopes Futebol*, que permaneceu em atividade até, pelo menos 1927¹⁶⁸.

Monteiro Lopes foi citado como político e jornalista negro ilustre, ao lado de José do Patrocínio, em um manual didático destinado ao ensino ginásial, publicado em 1946 por Tabajara Pedroso.¹⁶⁹

Já Afrânio de Melo Franco, na ocasião da aprovação da Lei nº 562 (03/07/1951), de sua autoria — que incluía entre as contravenções penais a prática de atos de preconceito de raça ou de cor —, fez uma homenagem a Monteiro Lopes, destacando-o como “(...) o primeiro e grande deputado negro que inaugurou, em 1909, sua campanha, sua batalha pela libertação econômica e racial dos negros. Monteiro Lopes foi o pioneiro da raça no Brasil, precursor de todas as novas idéias que hoje nos empolgam e arrastam.”¹⁷⁰

Depois da década de 1950, excluindo-se publicações de relatos de memorialistas que o mencionaram brevemente¹⁷¹, Monteiro Lopes desapareceu dos registros históricos. Sua presença

¹⁶⁸ Beatriz LONER. Negros: organização e luta em Pelotas. *História em revista*. Vol. 5, dezembro, 1999.

¹⁶⁹ Tabajara PEDROSO. *História do Brasil destinada às 3a e 4a séries do curso ginásial*. Rio de Janeiro, Ed. Saraiva, 1946. p. 397.

¹⁷⁰ *Anais da Câmara dos deputados, 1909-1910, 14/07/1950 apud Casemiro NETO. A construção da democracia*. Brasília, Centro de Documentação e informações/Coordenação de publicações, 2003. p. 431.

¹⁷¹ Não posso deixar de citar as memórias de José Correia Leite sobre Monteiro Lopes. Disse ter sido Monteiro Lopes um negro muito comentado que chegou a alcançar projeção nacional. Também diziam, relatou, que era um advogado que morreu louco. Mas, José Correia Leite nunca conheceu mais a fundo a história de Monteiro Lopes,

se resume a pequenas menções, como nos casos de Herculano Lopes, Beatriz Loner, Isabel Lustosa, Flávio Gomes e Nei Lopes¹⁷². Recentemente, o único trabalho temático elaborado que fornece maiores informações sobre o deputado foi a monografia de fim de curso em História de Viviani Tavares, já citada.

Certamente, este silêncio tem relação desqualificação, pelos ideólogos do Estado Novo, das experiências associativas e de participação política vividas na I república¹⁷³. De acordo com Angela de Castro Gomes e Martha Abreu, a partir dos seus órgãos de propaganda, o Estado Novo divulgou afirmações que qualificavam a I república como liberal, oligárquica, fraca, europeizada, distante do “povo” e do “Brasil real”, supostamente ao contrário do que estaria acontecendo desde os anos de 1930. Segundo as mesmas historiadoras, esse diagnóstico sobre a I república está diretamente ligado a uma tradição antiliberal característica do pensamento autoritário no Brasil, que condenava como ineficazes as idéias, práticas, instituições e atores liberais. Ao enfatizarem somente o aspecto violento e corrupto das eleições durante a I república, práticas associativas, de participação e mobilização política variadas, experimentadas por diversos atores sociais nesse período foram minimizadas ou apagadas.¹⁷⁴

Mas, a despeito da restrição do direito ao voto e das fraudes, as eleições cumpriam papel significativo no sistema político nas primeiras décadas republicanas: tinham a função pedagógica de mobilizar votantes e não-votantes de formas diversas e cediam espaço a uma estratégica circulação das elites, introduzindo alguma dose de renovação e competição (ainda que restrita).¹⁷⁵

“apenas falavam o nome dele.” José Correia LEITE. *E disse o velho militante*. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 43. Não encontrei em nenhum lugar menção ao fato de Monteiro Lopes ter sido acometido por alguma doença mental ou loucura.

¹⁷² Ver bibliografia.

¹⁷³ Sobre a cultura história do Estado Novo, ver Angela de Castro GOMES. *História e historiadores*. Rio de Janeiro, FGV, 1999.

¹⁷⁴ Sobre o debate historiográfico acerca da I república no Brasil acompanho as conclusões elaboradas por Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu na apresentação do volume da revista *Tempo* especialmente dedicado às novas abordagens sobre o período. Ver Ângela de Castro GOMES; Martha ABREU. “A nova velha república: um pouco de história e historiografia. Niterói, *Tempo*, Dossiê A nova “Velha” república. Vol. 13, n° 26, 2009..

¹⁷⁵ Ver Ângela de Castro Gomes; Martha Abreu. *Op. Cit.* Américo Freire. “Fazendo a república: a agenda radical de Irineu Machado”. *Tempo*, vol. 13, n° 26, jan-jun, 2009. Ver também, VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias. Uma revisão da “política do café com leite”*. BH, Ed. Arte, 2001.

Por outro lado, acredito que esse apagamento da memória de Monteiro Lopes também esteja ligado a uma determinada leitura que o rotulou sua atuação política como “assimilacionista”, “assistencialista”, sem fundamento político-ideológico definido e inclinada à opção pela “democracia racial”. Dessa perspectiva, os modelos posteriores de organização política e de referência identitária seriam mais importantes e ruptores. Embora reconheça, como ressaltou Leo Spitzer, que “o esforço assimilacionista sempre teve metas mais reformistas do que revolucionárias”¹⁷⁶, creio que não se podem deixar de lado os processos de mobilização e as formas de combate à discriminação racial inseridos na proposta integracionista comum durante a I república, como foi o caso de Monteiro Lopes.

A idéia de que a então jovem república não assegurou espaços e ganhos para a população negra não pode ser confundida com os espaços pelos quais a população negra (ou parte dela) lutou, a despeito do que lhes tentaram negar ou impor.

As inúmeras formas de discriminação racial experimentadas, as lutas pela ampliação dos direitos e dos espaços de expressão e de participação política da população negra durante a I república foram fundamentais naquele momento e foi construído depois. Investigar esses processos revela muito sobre as formas através das quais a população negra demonstrou suas insatisfações, demandas, expectativas e projetos de poder.

¹⁷⁶ Leo SPITZER. *Op. Cit.* p. 50.

7. Palavras finais

Ainda que haja um consenso ¹⁷⁷ de que a integração dos negros na sociedade brasileira nesse período se deu primordialmente através do processo de embranquecimento, isso não significou a simples reprodução da cultura e da moral do “mundo dos brancos” europeus (ou europeizados). Intelectuais negros (embranquecidos, assimilados ou integrados, em maior ou menor grau) como Monteiro Lopes se empenharam em introduzir práticas e idéias não-brancas no que se estava construindo como “política nacional” e “cultura nacional”. Naquele momento, como destacou Afonso Sérgio Guimarães, tal esforço lhes garantiu reconhecimento público, conforto e espaços de expressão e de participação — atuação que não deve ser menosprezada por ter sido “integracionista”. E de forma alguma esse foi um processo tranqüilo e harmônico, como foi possível acompanhar aqui. ¹⁷⁸

André Rebouças, José do Patrocínio e Hemetério dos Santos, por exemplo, não abriram mão do sonho de ver negros, brancos e mestiços irmanados e de fato iguais em seu país.¹⁷⁹ Em suas utopias, André Rebouças imaginava um Brasil no qual tivessem lugar todos os brasileiros, independentemente da raça ou da cor: “brancos, mulatos, negros, todos iguais, todos irmãos.”¹⁸⁰

Já Patrocínio, ele próprio filho de uma negra e de um padre (fazendeiro, ex-senhor de escravo e branco), que nunca o reconheceu como filho legítimo e alvo constante de chistes racistas, acreditava que a colonização portuguesa, ao invés de aniquilar as “raças selvagens”, assimilou-as “(...) preparando-nos assim para resistir à invasão assoladora do preconceito de raças.”¹⁸¹ Para ele, o caráter peculiar da colonização portuguesa teria forjado condições para que o Brasil se transformasse numa espécie de “paraíso racial” após a escravidão. E, por fim, nunca é demais lembrar a insistência de Hemetério dos Santos em afirmar o seu país como uma “construção de amor e tolerância” e o papel fundamentalmente positivo dos negros nessa

¹⁷⁷ Acompanho aqui a argumentação de Afonso Sérgio Guimarães. Ver Afonso Sérgio GUIMARÃES. Intelectuais negros e formas de integração nacional. *Estudos Avançados*. São Paulo, vol.18, nº 50, 2004.

¹⁷⁸ *Idem*.

¹⁷⁹ Sobre a utilização da idéia de “democracia racial” como bandeira de luta de lideranças e de grupos negros, ver Tiago de Melo GOMES. Afro-Brasileiros e a Construção da Idéia de democracia racial nos anos 20. *Revista Linhas*, PPGE-SC, vol. 8, nº 1, 2007.

¹⁸⁰ Leo SPITZER. Os dois mundos de André Rebouças, Cornelius May e Stephan Zweig. *Estudos afro-asiáticos*, nº 3, 1980.

¹⁸¹ José do PATROCÍNIO. O grande projeto. *Gazeta da tarde*. 05.05.1887.

construção.¹⁸² As biografias desses intelectuais negros evidenciam também o quanto desejavam fazer parte dignamente daquela nação e como negociaram e lutaram por isso.

Monteiro Lopes, por sua vez, transformou os efeitos potencialmente negativos do racismo de que foi alvo em motivação para sua ascensão no mundo dominante e morreu acreditando que os negros deveriam abrir brechas, criar e ampliar oportunidades naquela república, que, ao menos na lei, lhes garantia a igualdade em termos de direitos civis. Considerava a integração “dentro da ordem” um projeto possível. Tomou partido dos “seus irmãos” e incorporou o papel de “líder dos negros”, identificando-se publicamente e orgulhosamente como negro — letrado e bem sucedido. Demonstrou também grande simpatia pelas dificuldades passadas pelos indivíduos menos privilegiados e os de mesma origem que ele, ainda que sempre tenha insistido em diferencia-se da “massa iletrada”.¹⁸³

Embora identificado com as regras da sociedade dominante e motivado pela conquista do acesso a instituições de prestígio — como a Faculdade de Direito do Recife, o Conselho Municipal do Distrito Federal e a Câmara de Deputados —, não se pode dizer que aderiu simplesmente aos valores do grupo dominante e descartou, via embranquecimento, sua origem ou condição racial. Até porque, tinha consciência de que a abolição da escravidão, a implantação da república e o acesso à educação formal não eliminaram as barreiras raciais para sua própria integração.

Vimos aqui, evidências contundentes de que da existência de importantes espaços que poderiam oferecer possibilidades de diálogos e lutas político-culturais. Sem dúvida, mesmo subordinados à escravidão e, sujeitos, posteriormente, à discriminação, os negros encontraram sempre estratégias de reconstrução de suas identidades e de seu próprio valor nos mais diversos aspectos da vida,¹⁸⁴ ao mesmo tempo em que outros intelectuais, médicos, políticos e sanitaristas apostavam nas teorias raciais e na absoluta inferioridade dos negros e mestiços.

Ao investigar a produção que se dedicava à construção de uma “história do Brasil”, Ângela de Castro Gomes indicou que, “ao lado do amplo compartilhamento das teorias européias racistas que existia na virada do século XX, crescem” no período “as divergências quanto à avaliação dos efeitos da miscigenação existente no Brasil, francamente constatada, mas nem

¹⁸² Hemetério dos SANTOS. Machado de Assis. *Op. Cit.*

¹⁸³ Leo SPITZER. *Vidas de entremeio. Op. Cit.* p. 141.

¹⁸⁴ Ver Martha ABREU; Carolina Vianna DANTAS. Música popular, folclore e nação no Brasil, 1890-1920. In: Carvalho, José Murilo. (Org.). *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio De Janeiro, Record, 2007.

sempre mais tão condenada”. A crença no fundamento científico dessas teorias continuava existindo, daí a própria difusão da ideologia do branqueamento. No entanto, começava-se a avaliar de forma mais sistemática a presença ativa de índios e negros na história e cultura, que estavam sendo forjadas naquele momento como nacionais.

Portanto, entre as “ferramentas” (noções, conceitos, argumentos) às quais esses intelectuais recorreram seletivamente — e segundo suas necessidades — para compreender o seu tempo ¹⁸⁵, não havia somente as teorias raciais. Com base na documentação analisada, arrisco a afirmar que uma perspectiva liberal e a emergência do movimento sanitarista também foram referências importantes para as elaborações mencionadas aqui.

Ademais, na segunda metade do século XIX, a existência de uma legislação discriminatória baseada na raça nos Estados Unidos foi duramente criticada por abolicionistas brasileiros, como os juristas Tavares Bastos e Conselheiro Nabuco de Araújo, e pelo Visconde de Jequitinhonha, que acreditavam que uma legislação desse tipo não seria só abusiva, mas arriscada e inadequada para os padrões sociais brasileiros. Já vimos o peso que a abolição e o próprio processo abolicionista tiveram para as reflexões de Monteiro Lopes, que participou ativamente dessas lutas. ¹⁸⁶

Mas a ênfase dos abolicionistas brasileiros em destacar o seu país como uma espécie de paraíso racial relacionava-se também às suas necessidades de garantir uma transição pacífica da escravidão para o regime de trabalho livre e barrar a expansão de outros abolicionismos que poderiam atuar fora dos parâmetros legais. Embora a questão do preconceito racial tenha sido cada vez mais abordada a partir da segunda metade do século XIX, a tendência geral era negar que o racismo fosse um grande problema nacional ou pudesse vir a ser após o fim da escravidão. ¹⁸⁷

Ao contrário dos Estados Unidos, o Brasil estaria a salvo de uma possível guerra racial. Eliminada a escravidão, estaria aberto o caminho para uma sociedade livre composta por indivíduos juridicamente iguais e sem barreiras à ascensão social de todos, independentemente da

¹⁸⁵ Ângela ALONSO. *Idéias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil Império*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002. p. 39-40.

¹⁸⁶ Tavares Bastos propôs uma abolição gradual da escravidão de acordo com o contingente de escravos de cada província, a começar pelas províncias em que a escravidão tinha menor peso. Tavares BASTOS. Seção de manuscritos. Biblioteca Nacional. 11-1-25 *apud* Wlamyra R de ALBUQUERQUE. *A exaltação das diferenças. Racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900)*. Tese de Doutorado. UNICAMP, 2004. p. 63

¹⁸⁷ Célia Maria Marinho de AZEVEDO. Abolicionismo e memória das relações raciais. *Estudos Afro-asiáticos*. UCAM/ Rio de Janeiro, nº 26, setembro, 2004. p. 5.

raça ou da cor. Prova disso era a pretensa facilidade de assimilação do liberto ao mundo dos livres. Se até durante a escravidão essa espécie de paraíso racial mostrava ser uma realidade, quando viesse a abolição a questão racial não se transformaria em questão nacional, previam.¹⁸⁸

Abolicionistas como Joaquim Nabuco afirmaram que a escravidão no Brasil era uma “fusão de raças” se comparada com os Estados Unidos — uma “guerra de raças” que culminou em violentos conflitos. Assim, Nabuco tentava mostrar para os senhores de escravos que os problemas derivados da escravidão seriam facilmente resolvidos, sem maiores traumas, com a abolição. Afinal, os ódios raciais, segundo ele, nunca haviam deitado raízes no Brasil. Os dois maiores objetivos dos abolicionistas seriam reconstruir o Brasil sob um regime de trabalho livre e unir as raças na liberdade.¹⁸⁹

Não se deveria desprezar, portanto, a parte da população nacional descendente de escravos, pois, além de numerosa, havia dado um “povo” ao Brasil e construído o país com seus próprios braços à custa de muito sofrimento. Estava claro para ele que era preciso empenhar-se em livrar o Brasil da “maldição da cor” trazida pela escravidão moderna, que submeteu somente os africanos e seus descendentes. A extinção dessa maldição completaria a tarefa de concretização da harmonia racial que, pretensamente já existente no Brasil.¹⁹⁰ Diante desses argumentos, parece mais fácil compreender o desejo de intelectuais negros, como José do Patrocínio, Hemetério dos Santos e Monteiro Lopes, de que o país concretizasse os seus sonhos de uma democracia racial.

Não se trata de minimizar o peso das teorias raciais, tampouco seus desdobramentos em termos das políticas voltadas para o branqueamento e para a repressão e o controle da população não-branca na primeira década do século XX. E ainda que a primeira década do século XX tenha sido um momento no qual se acreditou na idéia do progresso infinito e nas teorias raciais, Monteiro Lopes, mesmo decepcionado com aquela república, não renunciou ao compromisso com os rumos “da sua raça” e da própria nação. Para Monteiro Lopes e seus admiradores, a abolição e a república tinham inaugurado um tempo de novas possibilidades.

Logo, a idéia de esvaziamento político ao qual remete o termo “República Velha” não parece ser um caminho fértil para se analisar as iniciativas e formulações captadas aqui. As relações estabelecidas entre Monteiro Lopes e seus partidários com o poder constituído, com variados grupos e sujeitos sociais e com a imprensa no período são um testemunho pungente da

¹⁸⁸ *Idem, ibidem.* p. 6.

¹⁸⁹ *Idem, ibidem.*

¹⁹⁰ Joaquim NABUCO. *O Abolicionismo*. Brasília, Ed. UNB, 2003. p. 79-83. [1ª edição:1884].

presença da população negra (ou, ao menos, de parte dela) na política, inclusive na política formal.

Pode-se, então, reforçar o argumento de que a I república foi um momento de muitas propostas que não se resumiram somente à predominância absoluta do racismo científico, da repressão e da rejeição a tudo que estivesse relacionado aos negros e mestiços. Trata-se de trazer à tona outras mediações, fundamentais para compreender as expectativas por direitos da população negra e a pluralidade das avaliações acerca do seu papel naquela sociedade. Paralelamente às teorias raciais que previam a inferioridade dos negros e a degeneração dos mestiços — às quais muitos intelectuais, políticos, cientistas, médicos e juristas aderiram naquele período —, é possível identificar investimentos na afirmação da importância dos negros para a nação, da importância das eleições e da participação na política formal e do combate à discriminação racial.

Os processos e experiências abordados neste trabalho são exemplos manifestos da ação política dos negros em prol da ampliação das possibilidades da cidadania e de inclusão na aquela jovem república, mesmo que os ganhos sociais e políticos resultantes dessas práticas de expressão e participação política tenham sido formalmente limitados. A I república, portanto, vai sendo descortinada como um período bastante complexo e de muitas propostas, havendo espaço até mesmo para lutas contra o “preconceito de cor”, seja nas ruas, em entidades e associações negras, no parlamento e na imprensa.

Fontes**DICIONÁRIOS**

LOPES, Nei. Dicionário escolar afro-brasileiro. Rio de Janeiro, Selo negro, 2006.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionario bibliographico brasileiro. 1883-1902. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1969.

JORNAIS E REVISTAS

A alvorada (Pelotas, 1932, 1952)

A A opinião pública (Pelotas, 1909-1910)

Commercio de Campinas (Campinas, 1909-1910)

Correio do povo (Porto Alegre, 1910)

Gazeta da tarde (Rio de Janeiro, 1887)

Jornal do Brasil (Rio de Janeiro, 1909-1910)

Correio da Manhã (Rio de Janeiro, 1909-1910)

Gazeta de Notícias (Rio de Janeiro, 1908-1910)

A tribuna (Rio de Janeiro, 1909-1910)

O país (Rio de Janeiro, 1907-1910)

Careta (Rio de Janeiro, 1909-1910)

Fon Fon (Rio de Janeiro, 1909-1910)

O Malho (Rio de Janeiro, 1909-1910)

O Século (Rio de Janeiro, 1907)

Almanaque Brasileiro Garnier (Rio de Janeiro, 1910)

ANAIS

Anais da Câmara dos Deputados (1909-1910)

CORRESPONDÊNCIA

BARRETO, Lima. Rio de Janeiro, 03/04/1909. In: BARRETO, Lima. *Um longo sonho de futuro. Diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas*. Rio de Janeiro, Graphia, 1998. pp. 213-215.

CUNHA, Euclides. Rio de Janeiro, 10/06/1909. In: CUNHA, Euclides. *Correspondência (ativa)*. São Paulo, EDUSP, 1996. pp. 406-409.

CONFERÊNCIAS

SANTOS, Hemetério dos. *Pretidão de amor. Conferência realizada no Grêmio recreativo das senhoras da cidade do Rio. Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Typ. D'os Annaes, 1905.

MEMORIALISTAS

BELLO, José Maria. *Memórias*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1958

DEODATO, Alberto. *Políticos e outros bichos domésticos: crônicas*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1962.

Edigar de ALENCAR. *O carnaval carioca através da música*. Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1965.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro, 1987.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista na república*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1955.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Lacerda, 2000.

GRIECCO, Agripino. *Gralhas e pavões*. Rio de Janeiro, Record, 1988.

JOSÉ, Oiliam. *Visconde do Rio Branco. Terra, povo, história*. Belo Horizonte, Imprensa Nacional, 1982.

LEITE, José Correia. *E disse o velho militante. Depoimentos e artigos*. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

MARTINEZ, Sebastião. *Pimenta, amor e chibata*. Rio de Janeiro, H. Antunes, 1977.

VIERA, José. *A cadeia velha*. Brasília/Rio de Janeiro, Senado Federal/Casa Rui Barbosa, 1980.

OBRAS DE ÉPOCA

- DU BOIS, W. E. B.. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro, Lacerda Editores, 1999.
- NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. Brasília, Ed. UNB, 2003.
- NEVES, Eduardo das. O trovador da malandragem. Rio de Janeiro, Quaresma, 1926.
- PEDROSO, Tabajara. *História do Brasil destinada às 3a e 4a séries do curso ginásial*. Rio de Janeiro, Ed. Saraiva, 1946.

Bibliografia

- ABREU, Martha. Eduardo das Neves (1874-1919): histórias de um crioulo malandro. In: Fonseca, Denise Pini Rosalem. (Org.). *Resistência e Inclusão: história, cultura, educação e cidadania afro-descendentes*. Rio de Janeiro, PUC/RJ/Consulado Geral dos Estados Unidos, 2003.
- _____. Outras histórias de Pai João: conflito racial, protesto escravo e irreverência sexual na poesia popular. 1880-1950. *Afro-Asia*, Salvador, v. 31, 2004.
- _____. Espetáculo da diversidade. Rio de Janeiro, *O globo*, 14/7/2006.
- _____; DANTAS, Carolina Vianna. Música popular, folclore e nação no Brasil, 1890-1920. In: Carvalho, José Murilo. (Org.). *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio De Janeiro, Record, 2007.
- _____. MATTOS, Hebe; DANTAS, Carolina Vianna; MORAES, Renata. Personagens negros e livros didáticos: reflexões sobre a representação da cultura brasileira e a ação política dos afrodescendentes. In: Helenice ROCHA; Luiz REZNIK; Marcelo MAGALHÃES. (orgs.) *Os livros de história na escola: trajetórias e usos*. Rio de Janeiro, FGV, 2009. (no prelo)
- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *A exaltação das diferenças. Racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900)*. 2004. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Pós-Graduação em História, UNICAMP, Campinas.
- ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Abolicionismo e memória das relações raciais. *Estudos Afro-asiáticos*. UCAM/ Rio de Janeiro, nº 26, setembro, 1994.

- _____. Abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial. *Estudos Afro-asiáticos*. UCAM/ Rio de Janeiro, nº 30, dezembro, 1996.
- _____. Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX). São Paulo, Annablume, 1993.
- BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: Carla Bassanezi PINSKY. *Fontes históricas*. São Paulo, Ed. Contexto, 2005.
- BUENO, Rafael Mila. *Campinas era assim*. Campinas, Editora Palavra Muda, 1988.
- COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão. Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- CUNHA, Maria Clementinda Pereira da.. De sambas e passarinhos. As claves do tempo nas canções de Sinhô. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (orgs.) *História em cousas miúdas. Capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, Editora UNICAMP, 2006.
- _____. *Ecos da folia*. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo, Cia das letras, 2001.
- DANTAS, Carolina. *O "Brasil café com leite". Mestiçagem e identidade nacional em periódicos, Rio de Janeiro, 1903-1914*. Rio de Janeiro, Edições Casa Rui Barbosa, 2010.
- DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura. Política social e racial no Brasil, 1917-1945*. São Paulo, Editora UNESP, 2006.
- DIAS, Luiz Sergio. A turma da Lira. Sobrevivência negra no Rio de Janeiro pós-abolicionista. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Negro Brasileiro*. Rio de Janeiro, IPHAN, nº 25, 1997.
- DIMAS, Antonio. *Olavo Bilac, o jornalista*. São Paulo, EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Editora UNICAMP, 2006. 3 v.
- DOMINGUES, Petrônio. Consciência de cor. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, nº 11, agosto de 2006.
- DORNELLES, João Batista. Profissões exercidas pelos negros em pelotas (1905-1910). *História em Revista*, Pelotas, v.4, dezembro/1998.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência*. São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.
- GIUCCI, Guillermo. Casa grande e senzala. História de uma recepção. *Remate de males*. Campinas, IEL/UNICAMP, nº 20, 2000.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, FGV, 2005.
- _____. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro, FGV, 1999.
- _____. Gilberto Freyre: alguns comentários sobre o contexto historiográfico de produção da Casa grande e senzala. *Remate de Males* – Revista do Deptº de Teoria Literária/UNICAMP, Campinas, 2000.
- _____. *Venturas e desventuras de uma república de cidadãos*. In: Rachel SOIHET & Martha ABREU (Org.) *Ensino da História. Conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra/FAPERJ, 2003.
- _____; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2. nº 4, 1989.
- GOMES, Flávio. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005.
- GOMES, T. M.. Sabina das Laranjas: Gênero, Raça e Nação na Trajetória de um símbolo popular, 1889-1930. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, 2002.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Raça, racismo e grupos de cor no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*. Nº 27, abril de 1995.
- _____. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo, Ed. 34, 1999.
- _____. Intelectuais negros e formas de integração nacional. *Estudos Avançados*. vol.18, nº.50, São Paulo, 2004.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Escrever história, domesticar o passado. In: Antonio Herculano LOPES, Mônica Pimenta VELLISO, Sandra Jatahy PESAVENTO (orgs.). *História e linguagens. Texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro, 7Letras/Casa de Rui Barbosa, 2006.
- GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2002.
- LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, FGV/Ed. UFRJ, 1996.

LOPES, Antonio Herculano. O teatro de revista e a identidade carioca. In: LOPES, Antonio Herculano (org.) *Entre Europa e África. A invenção do carioca*. Rio de Janeiro, Topbooks/Casa de Rui Barbosa, 2000.

_____. Um forrobodó entre raça e cultura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21, nº 62, São Paulo, out., 2006.

LUSTOSA, Isabel. *Trapaças da sorte. Ensaios de história política e história cultural*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2004.

MAI, Lílian Denise. Difusão dos ideários higienista e eugenista no Brasil. In: Maria Lúcia BOARINI. (org.) *Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil*. Maringá, EDUEM, 2003.

MATOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. O herói negro no ensino de história do Brasil: representações e usos das figuras de Zumbi e Henrique Dias nos compêndios didáticos brasileiros. In: Martha ABREU, Rebeca GONTIJO (Orgs.). *Cultura política, historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização brasileira, 2007.

MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. Rio de Janeiro, Editora Letras e Artes, 1963

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Um reduto negro: cor e cidadania na Armada (1870-1910). In: Olívia M. G. da CUNHA; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Quase cidadão: história e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2007.

NETO, Casemiro. *A construção da democracia*. Brasília, Centro de Documentação e informações /Coordenação de publicações, 2003.

ODA, Ana Maria Galdini. Teoria da degenerescência na fundação da psiquiatria brasileira: contraposição entre Raimundo Nina Rodrigues e Juliano Moreira. In: *Psychiatry On-line Brazil*, Nº 6, Dez., 2001.

_____. & DALGALARRONDO, Paulo. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. Dez. 2000, vol.22, nº 4

SANTOS, Viviani Tavares dos. Manoel da Motta Monteiro Lopes e a construção de laços de identidade entre a etnia negra pelotense. Pelotas, TCC, Departamento de História, UFPel, 2004.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura. Uma investigação de história cultural.* São Paulo, Cia das letras, 2003.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SPITZER, Leo. *Vidas de entremeio. Assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental, 1780-1945.* Rio de Janeiro. Ed. UERJ, 2001.

_____. Os dois mundos de André Rebouças, Cornelius May e Stephan Zweig. *Estudos afro-asiáticos*, nº 3, 1980

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da Eugenia.* Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2005.

TAVARES, Viviani dos Santos. *Manoel da Motta Monteiro Lopes e a construção de laços de identidade entre a etnia negra pelotense.* 2004. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

TRINDADE, Nísia & HOCHMAN, Gilberto. *Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República.* In: MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. (Orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade.* Rio de Janeiro, Fiocruz, 1996.

Créditos da autora:

Nome: Carolina Vianna Dantas.

Titulação: Doutorado em História (UFF).

Vinculação Institucional: Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em História Cultural (NUPEHC), da Universidade Federal Fluminense.

E-mail: ninavianna@gmail.com